



**INTEP-MT**

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**

Livre, democrático e de luta!

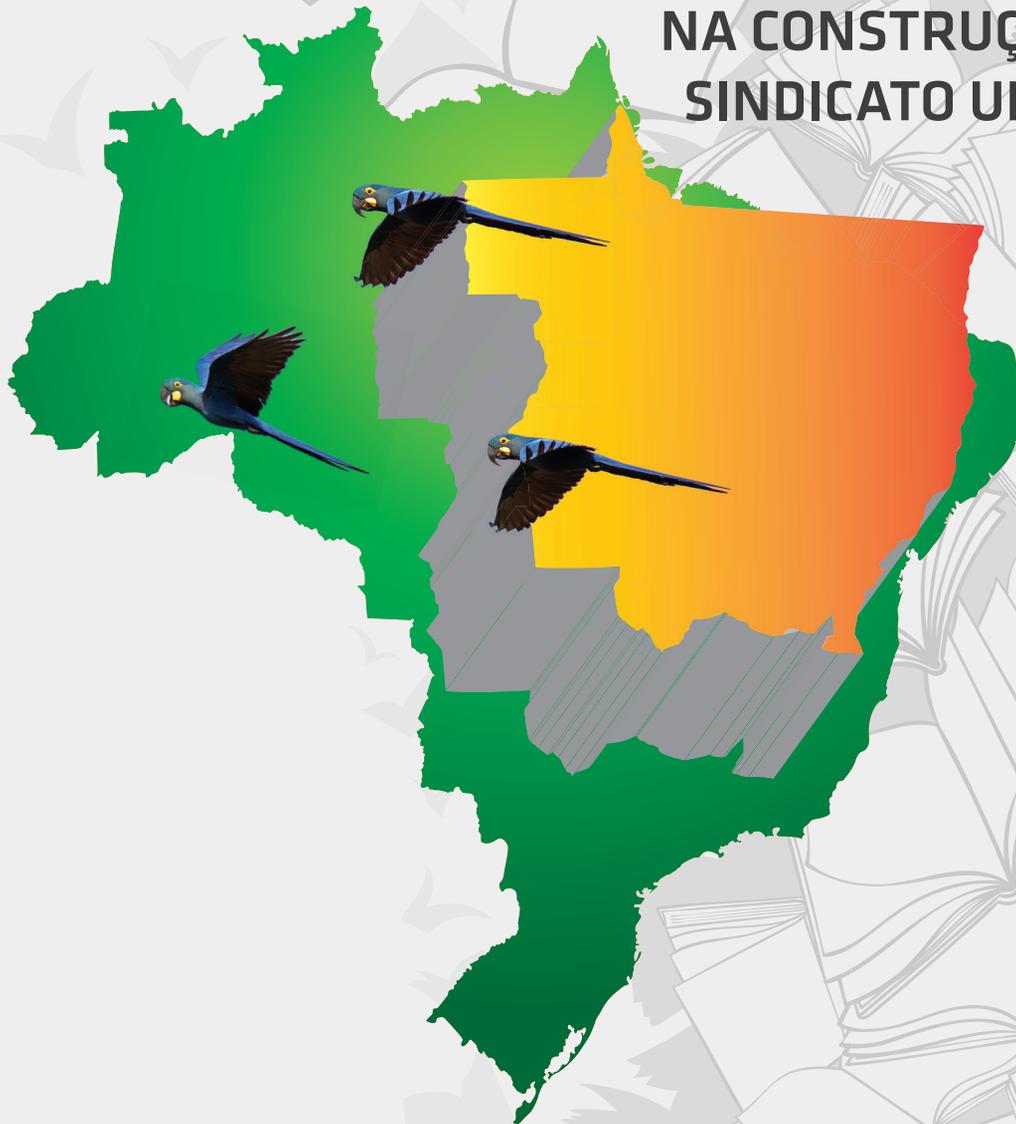
# Novos Rumos

UMA PUBLICAÇÃO DO SINTEP/MT - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO

| EDIÇÃO 09 | MARÇO 2018

| DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## 30 ANOS NA CONSTRUÇÃO DE UM SINDICATO UNIFICADO



**52 anos de História:  
Professores e funcionários na luta pela profissionalização**

Qual o tamanho de um sonho?



A existência do educador só se dá pela existência de um aprendiz, um estudante. É para eles, cada um e cada uma, que entram pelos portões da escola, em busca de conhecimento, que atuam os profissionais da educação.

Essa dimensão do fazer pedagógico, construída coletivamente torna a escola um espaço educativo. Um corpo único, em movimento articulado para o ensinar e aprender.

Nos 52 anos de lutas sindicais pelo direito a educação de qualidade socialmente referenciada, aprendemos que educar é um processo coletivo, em que todos os integrantes do espaço escolar são sujeitos responsáveis na formação das crianças, jovens e adultos, que passam pelos bancos escolares e, até mesmo, por aqueles e aquelas que estão fora deles.

Os funcionários das escolas públicas de Mato Grosso há 30 anos são protagonistas! Por meio da unificação iniciaram a construção de um processo democrático que resultou no fazer pedagógico em que todos e todas participam da formação dos estudantes.

Democratizar a escola, além de assegurar a todos e todas o direito à educação, é fazer dela um verdadeiro espaço educativo.

Acolher as diferenças, equalizando as vozes para que apesar de tons mais graves ou agudos se garanta a harmonia entre os diferentes sons, entre os múltiplos fazeres numa finalidade única: educar.

“Somos todos sujeitos ensinantes e todos sujeitos aprendentes”. Paulo Freire



••• 30 anos de unificação •••  
Sindical

Livre, democrático e de luta!

**ORGANIZADOS (AS) PARA LUTAR  
OUSADOS (AS) PARA PROPOR E  
DETERMINADOS (AS) À AVANÇAR**

**Gestão 2015-2018**



**SINDICATO DE LUTA**

**Direção Estadual SINTEP/MT**

**Henrique Lopes do Nascimento**

Presidente - (Alta Floresta)

**Jocilene Barboza dos Santos**

Vice-presidente - (Cuiabá)

**Miriam Ferreira Botelho**

Secretaria Geral - (Rosário Oeste)

**Catarina Francisca**

1ª Secretária – (Nobres)

**Orlando Francisco**

Secretaria de Finanças - (Cuiabá)

**Dirceu Blanski**

1ª Sec. de Finanças - (Alta Floresta)

**Gilmar Soares Ferreira**

Secretaria de Comunicação - (Várzea Grande)

**Edevaldo José dos Santos**

Sec. Adjunta de Comunicação – (Primavera do Leste)

**Leliane Cristina Borges**

Secretaria de Cultura – (Várzea Grande)

**Luiz Bezerra Matos**

Secretaria Adjunta de Cultura - (Alta Floresta)

**Guelda Cristina de Oliveira Andrade**

Secretaria de Políticas Educacionais - (Cuiabá)

**Maria Luiza Bartmeyer Zanirato**

Sec. Adjunta de Políticas Educacionais – (Cuiabá)

**João Eudes Anunciação**

Secretaria de Formação Sindical – (Rondonópolis)

**Sidinei de Oliveira Cardoso**

Secretaria Adjunta de Formação Sindical – (Sinop)

**Julio César Martins Viana**

Secretaria de Articulação Sindical - (Colíder)

**Tânia Cristina Crivelin Jorra**

Secretaria Adjunta de Articulação Sindical - (Lucas do Rio Verde)

**Alex Ferreira da Cruz**

Secretaria de Redes Municipais - (Luciara)

**Enos dos Reis Maria**

Secretaria Adjunta de Redes Municipais – (Porto dos Gaúchos)

**Djalma Francisco de Sousa**

Sec. de Funcionários (as) da Educação – Sec. Adjunto de Funcionários (as) da Educação - (Canabrava do Norte)

**Maria Celma de Oliveira**

Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos - (Rondonópolis)

**Orlandir Gonçalves Cavalcante**

Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos – (Cáceres)

**Edson Evangelista dos Santos**

Secretaria de Infraestrutura Sindical - (Cuiabá)

**Edina Martins de Oliveira**

Secretaria Adjunta de Infraestrutura Sindical - (Colíder)

**Marli Keller**

Secretaria de Políticas Sociais - (Cuiabá)

**Maurocir Silva**

Secretaria Adjunta de Políticas Sociais - (Campos de Júlio)

**Ana Lúcia Antônia da Silva**

Secretaria de Organização Sindical - (Ribeirão Cascalheira)

**Elionai Rodrigues Chagas Wtczak**

Secretaria Adjunta de organização Sindical – (Sorriso)

**Omar Cirino de Souza**

Secretaria de Administração Sindical - (Barra do Garças)

**Ziquidalto de Castro Rodrigues**

Secretaria Adjunta de Administração Sindical - (Itiquira)

**Edna Mahnic**

Secretaria de Seguridade Social - (Primavera do Leste)

**Francisca Alda Ferreira de Lima**

Secretaria Adjunta de Seguridade Social – (Tangará da Serra)

**Polos Regionais****Ricardo de Assis**

Oeste I - Regional Baixada Cuiabana - (Poconé)

**Edmilson José Ferreira**

Oeste II - Regional Paraguai – (Cuverlândia)

**Edna Bernardo da Silva**

Oeste III - Regional Vale do Guaporé - (Pontes e Lacerda)

**Fernando Alves da Silva**

Nortão I - Regional Alto Teles Pires - (Peixoto de Azevedo)

**Francisca Ilmarli Teixeira**

Polo Sindical Nortão II - Regional Médio Teles Pires - (Alta Floresta)

**Valdeir Pereira**

Nortão III - Regional Vale do Teles Pires - (Sinop)

**Rafael Nauer**

Nortão IV - Regional Vale do Arinos - (Juara)

**Carlito Pereira da Rocha**

Noroeste - Regional Vale do Juruena – (Juína)

**Antônio Márcio Pinheiro Ramos**

Médio Norte I - Regional Vale do Paraguai - (Nova Olímpia)

**Moíses de Almeida Silva**

Médio Norte II - Regional Alto Paraguai – (Rosário Oeste)

**Arnaldo Rodrigues de Souza**

Leste I - Regional Vale do Araguaia – (Pontal do Araguaia)

**Ana Lúcia Antônia da Silva**

Leste II - Regional Médio Araguaia – (Canarana)

**Lucimeire Lázara**

Leste III - Regional Baixo Araguaia – (Vila Rica)

**Bartolomeu Basili Belmonte**

Sul I - Regional Serra da Petrovina - (Rondonópolis)

**Doralice Vieira de Castro**

Sul II - Regional Vale do São Lourenço - (Jaciara)

- 07 **Apresentação**
- 10 **Amadurecimento da luta coletiva**
- 12 **A educação na dinâmica do espaço escolar**
- 15 **Histórico da luta: Sindicalização, unificação e profissionalização em MT e no Brasil**
- 24 **O embrião do curso de Formação de Funcionários nasceu em Cuiabá**
- 28 **O Voo da Arara Azul**
- 32 **Relato de uma funcionária diretora de escola**
- 34 **A funcionária de escola que conquistou uma cadeira no Senado Federal**
- 36 **Valorização profissional por meio da formação**
- 39 **A unificação da luta possibilita a unificação da carreira**
- 40 **Avanços e desafios na luta unificada**
- 46 **Os funcionários da educação no espaço escolar**
- 47 **A luta para superar a miopia do profissional no espaço escolar**
- 48 **Curso superior e o amadurecimento da profissionalização**
- 50 **Diretrizes dão sustentação a formação superior de funcionários de escola**
- 52 **Valorização profissional exige formação contínua e permanente**
- 54 **Impactos do golpe nos programas de formação para funcionários/as em MT**
- 56 **A experiência brasileira como inspiração para a luta na América e nos outros Continentes**
- 58 **Um olhar global sobre a profissionalização dos funcionários(as) da educação**
- 60 **Conjuntura para manter conquistas e avançar**
- 63 **Experiência de TAE como gestora escolar motiva pesquisa sobre funcionários(as)**
- 65 **Você Sabia?**
- 67 **Viva a luta unificada dos(as) trabalhadores (as)!**
- 68 **Leis que asseguram a profissionalização dos(as) funcionários(as) da educação e asseguram a unidade dos(as) trabalhadores(as) nas escolas**



# APRESENTAÇÃO

---

**C**om quase 53 anos de existência e há 30 representando professores e funcionários (as), o Sintep/MT é referência para a educação no Brasil. Suas formulações com expressivas conquistas, em especial na valorização profissional com a profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação, o coloca na condição de vanguarda entre as organizações de trabalhadores (as) da educação básica.

Um sindicato propositivo e de luta, tem como preocupação central e permanente a organização e mobilização da categoria profissional que representa. Por isso é importante que possa contar com o maior número possível de filiados (as) com participação nas instâncias de decisão, independente do cargo, tipo de vínculo ou rede de ensino que atuam.

O principal legado desse processo, foi o que sucedeu a decisão congressual de 1987 - de sindicalização dos (as) funcionários (as) da educação na mesma entidade representativa dos (as) professores (as): sindicalização, profissionalização, inclusão nos planos de carreira, participação qualificada em vários espaços como, sindicato, escola e demais órgãos do sistema de ensino ou outros.

Para chegar a tal condição, foi necessário muita luta! Essa edição da *Novos Rumos* busca refazer esse percurso pois, conhecer a própria história é ter parâmetros para escolhas corretas e eficazes.

O segundo propósito desta edição é estimular a reflexão acerca das políticas em educação que estão em disputa na atualidade, com predomínio das que são orientadas por desresponsabilização do Estado para com os direitos fundamentais. Políticas que tem como foco a mercantilização da educação e a privatização dos serviços públicos, com diferentes formatos,

têm-se apresentado como soluções mágicas para os problemas da educação e consistem no principal desafio para a organização dos (as) trabalhadores (as).

Entre as políticas do atual governo estadual, a terceirização de funções desempenhadas por funcionários (as) da educação, mobilizou a categoria. Como demonstração da capacidade de resistência dos (as) trabalhadores (as), foi possível vivenciar forte movimento de unidade contrária a essa proposta, incluindo os estudantes. Estes protagonizaram importantes ações na greve de 2016, contrária à terceirização de funcionários (as) da educação e as parcerias público-privadas na gestão de escolas. Marcaram aquele momento, a expressiva participação de estudantes, com o significativo grito: “A nossa luta unificou! É estudante, funcionário e professor.”

A unificação sindical propiciou o fortalecimento da luta e a conquista de muitos direitos que ainda não chegaram a todos (as), principalmente nas redes municipais onde o “processo de unificação” está inconcluso pelos (as) trabalhadores (as) não usufruírem das mesmas condições de valorização que os (as) da rede estadual. E, mesmo que já tivessem sido universalizados, direitos não são permanentes. A luta para mantê-los ou ampliá-los, esta sim!

Passadas três décadas da unificação sindical que transformou a AMP em AMPE e posteriormente em Sintep/MT, convidamos os (as) trabalhadores (as) da educação a revisitar esta história, como inspiração para tantas outras lutas que virão.

*Direção Estadual do Sintep/MT.  
Cuiabá-MT, fevereiro, 2018.*







# AMADURECIMENTO DA LUTA COLETIVA

*O dualismo educacional, característico da sociedade capitalista, torna permanente a disputa na correlação de forças*

**O**s 30 anos de unificação registram o amadurecimento dos profissionais da educação ao longo dos 52 anos de lutas pelas melhorias profissionais e busca permanente pela qualidade da educação socialmente referenciada para todos (as). O caminho registra inúmeros embates. A princípio, de 1965 a 1972, feito pelas normalistas na Associação Mato-grossense de Professores Primários. O movimento de professores foi o primeiro passo na cobrança pela democratização da educação pública e gratuita. Construiu-se ao longo do caminho, mecanismos para assegurar a educação como direito inalienável para a cidadania. E, a partir deste princípio, todos (as) que atuam no espaço escolar devem ter consciência e reconhecimento do seu papel de educadores (as).

O ineditismo, capacidade de convencimento e a persistência na luta, criaram as condi-

ções para que os (as) funcionários (as) da educação tivessem o direito de serem reconhecidos (as) como educadores: Formação profissional, concurso público, carreira, piso salarial e jornada de trabalho unificados, gestão democrática, foram conquistas significativas! Junto dessas, o Sistema Único de Educação ainda por ser materializado, que propõe romper com as distorções no atendimento à educação nos entes federativos. A Educação não mais em caixinhas, o processo formativo dentro desse pensamento é contínuo e igualitário no sentido de abranger a todo (as).

Apesar de o caminho percorrido não ter sido uma reta, nem plano, os profissionais conseguiram avançar nas condições que enfrentavam na década de 1960. Não simplesmente porque a realidade ao longo do tempo mudou, com aumento populacional nas cidades e mais crianças chegando à escola, entre outros aspectos, mas porque os

enfrentamentos, estes sim, levaram às conquistas.

O atual contexto nos faz refletir o quanto é importante a luta contra a retirada de direitos. O dualismo educacional, característico da sociedade capitalista, torna permanente a disputa na correlação de forças, com tentativas recorrentes de retirada de direitos da classe trabalhadora. A trajetória feita ao longo dos 52 anos de história – desde a constituição da Associação, sua transformação em Sindicato, até os dias de hoje – é recheada tanto pela construção de direitos, quanto pela resistência contra as tentativas de retirada das conquistas. Novos retrocessos voltam à cena em 2017, com a ascensão de governos (federal, estadual e municipais) que se posicionam contrários aos interesses dos (as) trabalhadores(as).

Nessa disputa, a formação profissional – fruto da luta pela profissionalização e unificação –

foi o elemento fortalecedor da construção do papel de educador que funcionários (as) desempenham no espaço escolar. “Valeu muito a luta pela ocupação qualificada dos espaços de discussão e formulação no sistema educacional ou fora dele: Assessorias pedagógicas, centros de formação, escolas, direções escolares, conselhos de direitos, Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar, subse-des ou direção central do sindicato, com funcionários (as) da educação em cargos importantes, como Vice-presidência, Secretaria de Políticas Educacionais, Secretaria de Redes Municipais, Secretaria de Comunicação, além da Secretaria de Funcionários e as direção regionais”, afirma a vice-presidente do Sintep/MT, Jocilene Barboza.

Foram conquistadas vez e voz por aqueles (as) que, embora contribuindo com o processo educativo na escola, estavam invisíveis na sociedade e entre os próprios pares. A unificação levou à ocupação também de espaços de fortalecimento do processo de luta e do reconhecimento da profissão, pouco vislumbrados inicialmente por estes (as) trabalhadores (as), tornando potenciais à medida que foram acessados pelos (as) funcionários(as), como ambientes da política institucionalizada e universidades públicas. Possíveis pelo avanço na formação, no diálogo, com democracia e participação. Neste processo todo, o sindicato, foi fundamental. A profissionalização dos(as) funcionários(as) foi e é relevante tanto para a qualificação no desempenho das funções, como para a

conscientização na luta pela unificação. “A luta por direitos deve ser coletiva e, para isso a sindicalização é imprescindível”, cobra Djalma Francisco, Secretário de Funcionários da Educação do Sintep/MT.

Não é apenas vez e voz que os(as) funcionários(as) devem exigir, mas o reconhecimento dos espaços físicos das escolas como educativos. “A arquitetura e a dinâmica de organização das atividades nas escolas, além de aspectos relacionados à formação, desfavorecem a atuação mais efetiva de funcionários (as) no processo educativo”, observa Jocilene Barboza, vice-presidente do Sintep/MT. “É preciso potencializar a intencionalidade educativa dos diversos ambientes escolares, com a atuação qualificada de funcionários (as) da educação. Mesmo diante deste desafio, é difícil encontrar um estado da federação em que avançou na valorização da carreira como em Mato Grosso”. Avanços foram possíveis, pela participação e engajamento de muitos professores e funcionários nas atividades sindicais, fortalecendo a luta contra as tentativas dos governos de quebrar a unificação e retirar os (as) funcionários (as) da carreira, como na greve de 2016.

O presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento, lembra deste recente enfrentamento na rede estadual - o de romper com o direito histórico da unificação dos educadores, quando, no início do governo Pedro Taques (2015-2018), surgiram os primeiros indícios da privatização do espaço escolar, por meio da

ameaça de terceirização das funções consideradas por eles como não pedagógicas. Foi a mobilização e resistência, durante os 67 dias de greve, em 2016 que levou ao recuo e engavetamento do projeto de Parcerias Públicas Privadas (PPP).

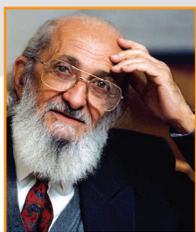
O enfrentamento alterou o projeto inicialmente traçado pelo governo Taques, mas não eliminou o ataque aos direitos dos profissionais da educação. Diante do quadro de congelamento de investimentos da Educação para os próximos cinco anos, com a EC 81/2017 (Teto dos Gastos); com a insuficiência de vagas no Concurso Público para renovação de quadros; com a Reforma do Ensino Médio, que permite a presença na escola de professores sem formação com status de profissionais; com a Reforma Trabalhista que favorece as empresas terceirizadas e os contratos precários de trabalho, o ataque aos direitos está institucionalizado. “O cenário remete à própria história de luta no Sintep/MT. Será preciso que cada profissional da escola, tenha consciência do golpe nos direitos e fortaleça a luta, faça o enfrentamento para manter conquistas históricas”, reforça a Secretária Geral do Sintep/MT, Miriam Ferreira Botelho.



Representantes de funcionários/as do Sintep/MT durante encontro, no início dos anos 2000



# A EDUCAÇÃO NA DINÂMICA DO ESPAÇO ESCOLAR



*Educador Paulo Freire no espaço escolar todos/as são educadores*

educar, numa escola, não se restringe às salas de aula: vai além disso, como defendia o educador e filósofo Paulo Freire, para o qual, no espaço escolar todos (as) são educadores (as). Esse pensamento originou a luta pela unificação de professores(as), pedagogos(as) e funcionários(as) nos sindicatos e nas carreiras públicas, inclusive no direito ao Piso Salarial Nacional, expresso no art. 206 da Constituição Federal. Esta concepção foi a base para a política de profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação por meio de cursos técnicos e tecnológicos, integrantes hoje da legislação (art. 62-A da LDB) e da normatização emanada do Conselho Nacional de Educação. Mas a defesa desse conceito freiriano vai além da formação inicial, que torna o(a) funcionário(a) – antes trabalhador(a) em educação – um(a) profissional da educação.

Ora, os(as) educadores(as), para entenderem seu real papel e também para atuarem na formação integral do ser humano, precisam de tempo para refletir sobre a Educação, para descobrir soluções para os problemas enfrentados no cotidiano e para investir continuamente em sua formação profissional e cultural: a hora-atividade.

Nas unidades escolares, a hora-atividade para professores (as) é um tema debatido há muitos anos e um direito conquistado, primeiro em redes estaduais e municipais, e desde 2008, integrado à legislação nacional pela Lei do Piso, como componente da valorização dos docentes. Porém, quando se fala em direito à hora-atividade para funcionários (as), surgem vários questionamentos e críticas. A proposta, que é bandeira de luta do Sintep/MT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), se baseia no conceito de que todo(a) educador(a) deve refletir coletivamente sobre seu papel na escola, pensar em soluções para os problemas e desafios enfrentados tanto no exercício de suas funções específicas, quanto no ambiente escolar como um todo e suas relações com a comunidade e o sistema de ensino.

A doutora em Educação, Juçara Vieira, afirma que esse é um debate recente, mas necessário. Porque, após conquistar o direito à profissionalização dos funcionários, a luta deve continuar para que não se reduza apenas a uma formação inicial, defasada ao longo do tempo. “Se todos são educadores, se a escola é um espaço educativo, todos os profissionais devem ter idênticas condições de trabalho que os propiciem atuar como tal, seja na jornada ou na hora dedicada ao planejamento e ao debate”.

## PENSAR A ESCOLA

Esse tempo, seria usado para o(a) educador(a) pensar no conjunto da escola e em como o seu trabalho é importante para o desenvolvimento integral do aluno. Porque nas tarefas diárias não há tempo para se dedicar ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e propor intervenções no ambiente escolar. Um dos objetivos da hora-atividade é propiciar condições para a formação continuada, assim como atualizar o profissional sobre questões educacionais e articular o projeto político pedagógico, imprescindível à educação que considere o mundo da vida de estudantes, como defendeu Paulo Freire, e que se pauta na formação integral, para o que não basta, ser escola de tempo integral.

“No momento em que o estudante está na cantina, no pátio ou em outro ambiente escolar que não a sala de aula, ele está inserido em ambiente que também faz parte da sua formação, sua cidadania, sua educação. Então o(a) funcionário(a) tem que ter tempo para refletir sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, pra se sentir reconhecido no PPP. E é por isso que os (as)funcionários(as) precisam de tempo disponível para poder se preparar, para ter a sua

o/a funcionário/a com educador pensa no conjunto da escola



*Escolas com qualidade social  
imensamente maiores*

formação continuada”, explica Juçara. Quando o Sintep/MT começou a defender a profissionalização de funcionários, na década de 1990, os debates foram intensos para que a própria categoria entendesse a importância da formação e como ela contribuiria para a melhoria no ensino. “E, novamente, o Sindicato teve a ousadia de falar em hora-atividade para funcionário. Porque a escola precisa de presença de funcionários bem formados, “antenados” com o que está acontecendo. Pesquisas apontam que a educação é cada vez mais um processo complexo e, por isso, necessita de profissionais. Nesse sentido, é necessário não só a formação, mas a educação continuada”, afirma o Secretário de Comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares Ferreira.

Se há dez anos atrás uma das questões enfrentadas na escola era a da popularização dos celulares - daqueles que só enviavam mensagem de texto e faziam ligações telefônicas - hoje, smartphones que levam o mundo e as redes sociais para dentro da unidade escolar são um desafio para os educadores e fazem parte das preocupações. Nesse contexto, o olhar de professores e funcionários precisa ser atualizado, para que cada um saiba como lidar com esses dilemas no cotidiano escolar. “O profissional precisa aprender a lidar com situações diversas e ter respeito, para reverter relações negativas. Porque algumas circunstâncias podem negar o acesso ao

conhecimento”, enfatiza Gilmar.

## PROJETO DE LEI

Para a aplicação, de fato, da formação continuada dos funcionários, Gilmar destaca a importância de entender a escola como um todo, deixando de lado o pensamento arcaico de que cada um deve ter um espaço limitado de atuação. “A sala de aula não pode ser só do professor. Existem muitas noções e conceitos que os funcionários podem ensinar sobre educação social”.

Discussão que teve repercussão no Congresso Nacional, onde o Professor Osvaldo Sobrinho, em breve período em que foi Senador por Mato Grosso, orientado pela Consultoria da Casa, apresentou projeto de lei que instituía a hora atividade como componente da jornada dos funcionários da educação em suas carreiras como profissionais das redes públicas da educação básica – PLS 560, de 2009

Através de projetos, os profissionais da educação podem contribuir na formação integral dos alunos (as). Na função de nutrição, por exemplo, podem orientar os alunos sobre reaproveitamento de alimentos e alimentação balanceada; já na função de manutenção de infraestrutura é possível ensinar pais e mães a produzir sabão a partir da gordura que seria jogada fora. Quem atua na função de vigilância,

está apto para dar orientações sobre segurança pessoal seja na escola, na rua ou em casa. Os funcionários da secretaria escolar podem se responsabilizar não somente pelo controle das matrículas e do desempenho dos estudantes de sua escola como também pelo recenseamento e chamada anual da população de seu entorno geográfico, previstos na LDB, que irão construir a universalização do atendimento escolar das crianças, jovens e adultos, rumo à democratização e qualidade social da educação pública.

Ferreira salienta que essas são algumas ideias de trabalho integrado entre educadores e que existem centenas de cenários e realidades diferentes que aumentam as possibilidades de atuação. “Muito pode ser feito. Se esse tipo de proposta for posta em prática, a escola pública, que atende a mais de 70% dos estudantes brasileiros na educação básica, será de uma qualidade social imensamente maior. Mas para que sejam pensadas e executadas, é necessário tempo de preparação, isto é, hora-atividade para todos os educadores e não apenas para professores”.

# HORA-ATIVIDADE NOS PLANOS MUNICIPAIS

## VÁRZEA GRANDE



»» O Plano Municipal de Educação, aprovado em 2012, determina que 1/3 da jornada de professores/as e funcionários/as deve ser utilizado para hora-atividade.

»» Nenhum dos/as gestores/as colocou em prática a hora-atividade para funcionários/as;

»» A subseção do Sintep/MT tem orientado as escolas a apresentarem projetos para a formação continuada para funcionários/as, que se adequem à realidade de cada unidade;

»» Existem duas escolas com projetos de hora-atividade em andamento. Esse é o primeiro ano em que existem iniciativas desse gênero.

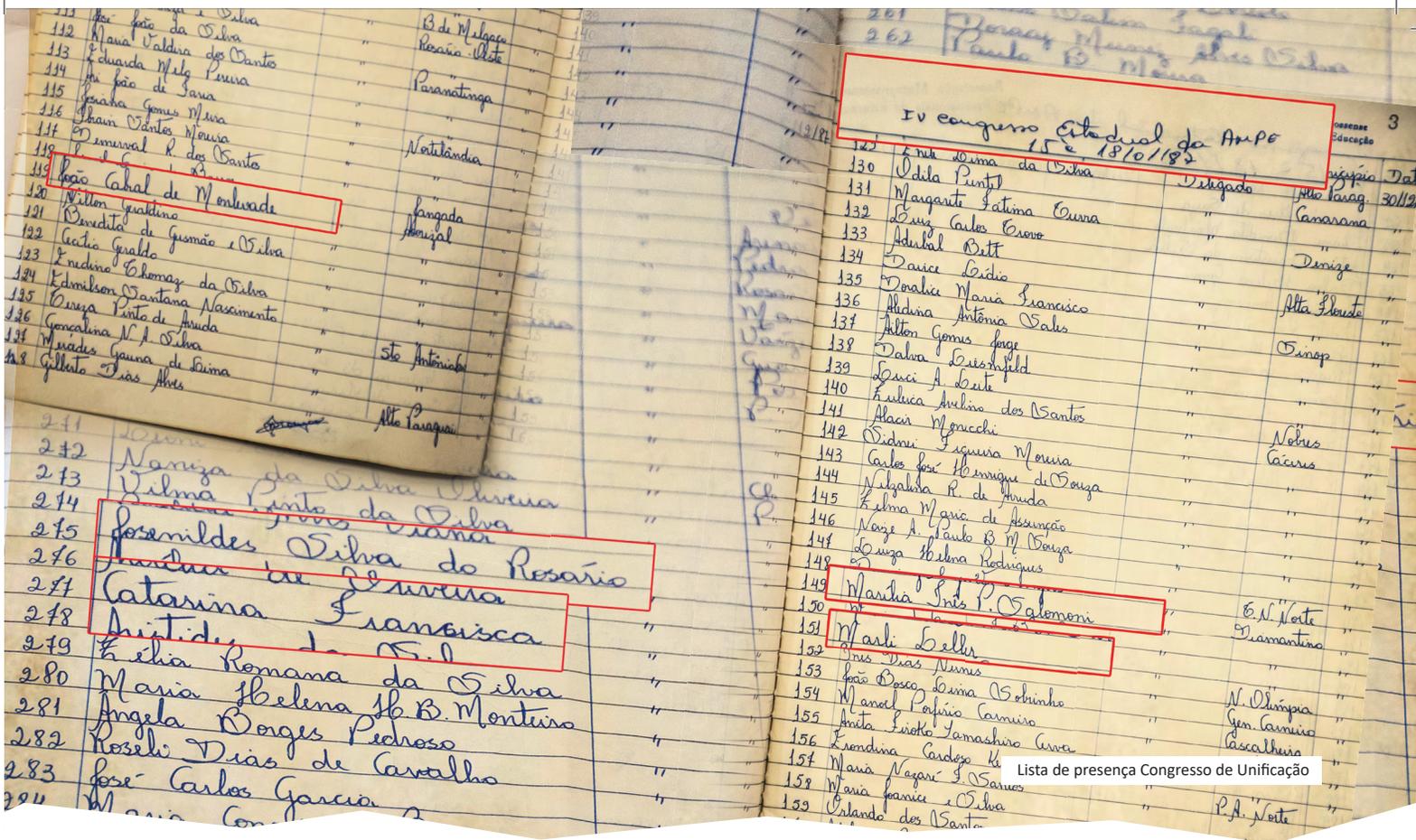
## ALTA FLORESTA



»» Consta no Plano Municipal de Educação a hora-atividade de duas horas semanais para funcionários/as.

Ainda não é realidade na rede municipal.





# Histórico da luta

Sindicalização, unificação e profissionalização em MT e no Brasil

**M**uito antes do dia 6 de agosto de 2009, quando foi sancionada a Lei número 12.014, que alterou o art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reconhecendo os (as) funcionários (as) da educação, devidamente habilitados (as), como profissionais da educação escolar, Mato Grosso já havia conquistado a Lei estadual nº 050/1998 (Lei Orgânica dos Profissionais da Educação) a qual assegura que todos os profissionais da educação, são educadores.

A conquista das legislações foi resultado de muita luta, desde os anos 80. No final da ditadura militar e efervescente período do início da redemocratização do país – 1986, 1987, com a Constituição Federal em 1988, os profissionais da educação de Mato Grosso se organizavam na defesa da escola como um espaço democrático e educativo, do portão até as salas de aula.

Na época, o cenário de desvalorização profissio-

nal fomentou a organização coletiva. Não, sem que tenha tido antes uma disputa interna entre os próprios profissionais, diante do preconceito e barreiras ideológicas, daqueles que consideram a educação unicamente com olhar da sala de aula.

O sindicalista Júlio Viana, que uma década depois viria a ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), relata que em 1985, durante uma Assembleia da então Associação Mato-grossense dos Professores (AMP), entidade precursora do Sintep, dezenas de funcionários e funcionárias de escolas solicitavam que esta acolhesse a pauta deles (as). Fundamentalmente, salário e carreira pois, não havia carreira para funcionário(a); a contratação era precária, e não tinha previsão de valorização no contexto das atividades escolares”, diz.

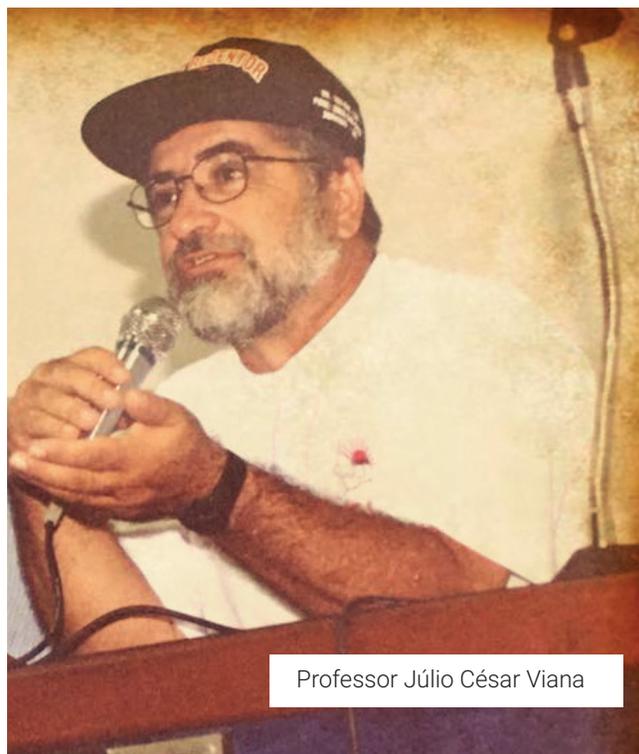
Conforme Viana, os técnicos administrativos de hoje, na época eram os agentes escolares, definidos por números - agente 1, agente 2, agente 3. Inclusive, alguns apenas com ensino fundamental ou primeiro grau da época, incompleto. O vínculo desses profissionais era por contrato temporário, sem a previsão de carreira ou concurso. A AMP só encaminhava questões de professores. Neste ínterim, de 1985 a 1988, começaram as discussões nacionais sobre a unificação na Confederação de Professores do Brasil (CPB), que repercutem e se aprofundam no estado.

## INCLUSÃO NA CARREIRA

Em Mato Grosso, fervia o debate sobre a inclusão de funcionários (as) na carreira, em grande parte incentivada internamente pela militância de Marília Salomoni, a partir de reivindicação feita pelo município de Alta Floresta. A mobilização para a unificação, frustrada no ano de 1986, se concretizou em 1987, durante o Congresso da AMP, no ginásio Dom Aquino, em Cuiabá, passando este instrumento de luta dos educadores a se denominar Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE).

Um dos que relata essa mobilização, por vivenciar e incentivar a causa, é o professor João Antônio Cabral de Monlevade. Militante por Mato Grosso antes do processo de unificação, com livros publicados sobre a importância da valorização do (a) funcionário (a) como educador (a) no espaço escolar, ele foi um dos propositores do curso de formação de funcionários (as) da educação, impulsionado pelo Ministério da Educação (MEC), durante os governos Lula e Dilma. No período, atuou como voluntário pelo Programa indutor de formação profissional em serviço dos (as) funcionários(as) da educação básica pública, o Profuncionário.

Conforme Monlevade, foi a professora e militante da AMP/MT, Marília Salomoni quem articulou internamente a proposição da unificação na instituição representativa dos (as) trabalhadores (as). A princípio, a unificação foi uma estratégia para barrar a



Professor Júlio César Viana

ação governamental, que durante as greves mantinham as escolas abertas distribuindo merenda. “Isso levava os funcionários a permanecerem com as escolas funcionando e os professores ficavam como bandidos da história”, conta ele. Paralelamente, muitos funcionários queriam se associar ao movimento de professores (as).

Na primeira votação, feita no Congresso da AMP de 86, houve uma disputa interna fomentada por professores(as) contrários(as) à unificação. Monlevade relata que muitos consideravam inadmissível ter funcionários(as) no mesmo movimento, pois acreditavam que o trabalho deles era intelectual, diferente da atuação dos funcionários. “Tudo é trabalho, foi a sociedade que o dividiu”, lembra Monlevade.

Sem o entendimento de trabalho como uma ação única, muitos docentes foram para o enfrentamento, criando, inclusive, anos depois, uma chapa para disputar a gestão da Associação, como o nome de “Pró-fessor”. Para justificar a divergência, os(as) professores(as) contrários à unificação argumentavam que os profissionais eram colegas, mas quem era educador era o professor.



Profª Marília Salomoni



Derrotados na primeira tentativa, os (as) funcionários(as) não esmoreceram e voltaram a brigar pelo espaço. Num segundo momento, no Congresso de 1987 em Cuiabá, Marília Salomoni articulou a vinda de dois ônibus com funcionários (as) de escolas de Alta Floresta e Sinop e desembarcaram na Capital, entrando no ginásio Dom Aquino, empunhando uma faixa em que estava escrito: “Todos somos educadores, queremos ser Sintep”. A votação dessa vez foi favorável, e a partir de 1987, os funcionários (as) da educação pública passam a integrar a Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação (Ampe).

## DESAFIO

Apesar da conquista, a luta para a implantação da profissionalização no estado não foi fácil. Era necessário a qualificação para garantir o enquadramento na carreira. Dois governos se passaram antes que o projeto de formação profissional proposto pelo Sintep/MT fosse implantado. Só em 1993, o então prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, com o secretário de Educação Valter Albano adotam o Projeto proposto pelo Sintep/MT, numa demonstração de abertura para as mudanças e desejo de imprimir na educação municipal uma marca de qualidade.

Na rede estadual, a formação iniciaria em 1998, com o projeto Arara Azul, que teve impacto na formação de milhares de funcionários e funcionárias em todo o estado.

## CENÁRIO NACIONAL

Paralelamente ao que ocorria no fim da década de 1980 no Mato Grosso, houve um movimento em nível nacional para a unificação dos (as) funcionários (as) na mesma entidade representativa de professores (as). Entre 1988 e 1990, a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) trabalha para se unificar com especialistas e funcionários (as). Em janeiro de 1990, no Congresso de Aracaju, se transforma na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à qual se filia o Sintep/MT – que se tornara sindicato em virtude da Constituição de 1988 que restituiu o direito de todos os servidores públicos se organizarem em sindicatos.

No cenário nacional, ainda na década de 1980, a mobilização foi intensa para admitir o ingresso de funcionários (as) que buscavam se unificar.

A luta nacional foi organizada com a participação de membros da Afuse (Associação dos Funcionários e Servidores da Educação do estado de São Paulo), que tentavam a unificação com a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Para organizar este movimento, as lideranças de funcionários (as) de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Rondônia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pará e Mato Grosso, criaram a Coordenação Nacional dos Funcionários de Escolas Públicas. A atuação desta, segundo Monlevade (2001), era para “a unificação orgânica dos funcionários aos professores ou a fundação de uma Federação Nacional de Funcionários”. A luta era consequência da grande mobilização do sindicalismo no país, na busca pela identidade dos (as) trabalhadores (as). É nesse momento que nasce a organização por ramos profissionais na Central Única dos Trabalhadores (CUT), fomentando a organização dos funcionários e professores.

A primeira reunião da Coordenação, ocorreu em Campinas, em 1988. Por Mato Grosso, estiveram presentes várias funcionárias. Incentivadas pelo professor João Monlevade, viajaram para São Paulo: uma representante de Primavera do Leste, três de Santo Antônio do Leverger, uma de Cuiabá, e uma secretária de escola de Acorizal.



Congresso Unificação CNTE, em Aracaju 1990



Todos de ônibus de Cuiabá para Brasília, e de lá para Campinas. Uma aventura, que contou com dois dias de viagem de ônibus, uma parada distante da rodoviária, uma caminhada com revezamento para levar supermalas, na época sem “rodinhas”, que todos carregaram. Mas compareceram e participaram dos debates.

O Congresso de unificação ocorreu em novembro 1990, em Aracaju, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) fez a composição da chapa da Direção, com a inclusão dos (as) funcionários(as). No entanto, sem observar a proporcionalidade entre as entidades, deixando apenas três vagas do segmento dos (as) funcionários (as), numa composição de 20 pessoas. Desafio até hoje posto em vários sindicatos unificados no país. O Plano de Lutas para 1990 e 1991 incluía três políticas novas para a CNTE em relação aos funcionários: Sindicalização, Unificação dos Sindicatos nos Estados e Profissionalização dos funcionários por meio de cursos técnicos, semelhantes aos que estavam sendo propostos em Mato Grosso.

Na efervescência do processo ainda incompleto da unificação, foi criado em 1995 o Departamento de Funcionários da Educação da CNTE – DEFE, como espaço de debate das demandas de funcionários (as) da educação. Segundo a CNTE, três pontos cruciais motivaram a sua origem: a) a não consolidação do processo de unificação dos trabalhadores em educação; b) a organização da categoria em suas entidades; c) a falta de identidade dos funcionários.

Juntamente com os Encontros Nacionais de Funcionários da Educação também iniciado

naquele ano, o DEFE foi palco de discussão de propostas que se materializaram em conquistas para o segmento de trabalhadores (as) da educação ali representados.

A criação e os avanços do Profunionário, embora com momentos de estagnação na oferta; a organização em torno da aprovação da Lei Federal nº 12.014/2009, oriunda de projeto da Senadora Fátima Cleide, funcionária de escola em Rondônia; as diretrizes para os planos de carreira que originaram a Res. CEB/CNE Nº 05/2010 de relatoria da professora Maria Izabel Noronha, foram momentos marcantes de atuação do DEFE e de grande relevância para a visibilidade dos (as) funcionários(as) da educação nas políticas públicas.

A profissionalização dos(as) funcionários (as) da educação foi a principal pauta das reuniões do DEFE na última década de sua existência. Preses a completar 20 anos, o Departamento foi substituído pela Secretaria de Funcionários da Educação, no 32º Congresso da CNTE, em 2014. No entanto, permanece ainda o desafio de avançar na identidade e valorização profissional destes (as) trabalhadores(as).

Neste sentido, devem-se registrar duas importantes iniciativas da Secretaria de Funcionários (as) da Educação na CNTE: a participação dos (as) funcionários (as) na 2ª Plenária da entidade em agosto de 2015, que definiu diretrizes nacionais de carreira e regulamentação de piso para o conjunto de profissionais da educação, segundo o art. 206 da Constituição Federal; e as diretrizes para a formação continuada em graduação superior, que resultou na Res. CEB/CNE Nº 02/2016,

relatada pelo então conselheiro, o professor Dr. Luiz Fernandes Dourado, da Universidade Federal de Goiás - UFG.

Assim, retomando os pontos que originaram a organização dos(as) funcionários(as) da educação na CNTE pós unificação, percebemos que permanecem dois desafios: o de se completar o processo de unificação dos sindicatos onde ainda não ocorreu – SP e DF; e o de intensificar a valorização dos (as) funcionários (as) da educação por cursos profissionais e carreiras unificadas nas redes estaduais e municipais.

## FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO TAMBÉM SÃO EDUCADORES

O professor João Monlevade, que mais tem se dedicado a escrever sobre esse segmento profissional, discute a identidade do funcionário da educação, não apenas como trabalhador, por meio da sindicalização, mas, como educador(a), o que implica em formação profissional. Assim, para avançar nesta compreensão, foi necessário pensar a formação. Em Mato Grosso, o pontapé inicial ocorreu com o curso 'para não docentes', ainda em 1995, na rede municipal de Cuiabá. Ele foi o embrião do Projeto Arara Azul, da rede estadual em 1998. Ambos tornariam referência para o programa nacional de formação, o Profuncionário, a partir de 2005.

A relevância da formação técnico-pedagógica integrou os debates do Congresso de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em Aracajú, no ano de 1990, que deliberou, em seu plano de

lutas, a sindicalização, a unificação e a profissionalização como chaves institucionais para que o (a) funcionário (a) fosse reconhecido(a) pela identidade profissional.

Em Mato Grosso onde a unificação entre professores(as) e funcionários(as) na luta sindical se deu em 1987, pouco antes que em nível nacional, o estado então pioneiro, deu uma grande contribuição para que esse segmento pudesse vir a ser considerado como de profissionais da educação, sendo os (as) funcionários(as) coparticipes do processo educativo.

As experiências de formação de funcionários (as) em Mato Grosso, tanto na rede municipal de Cuiabá quanto para todo o estado com o Projeto Arara Azul, impulsionaram a criação do Profuncionário.



Momento marcante do influxo desta política foi o depoimento do Sintep/MT no Seminário “Por uma Política de Valorização dos Profissionais da Educação – em cena, os funcionários de escola”, realizado em setembro de 2004 na capital federal. No caderno que reuniu a síntese das várias experiências apresentadas, na ocasião, é possível identificar defesa dos (as) funcionários(as) da educação como educadores(as), como sugere parte do texto:

“É um momento de ressignificação do espaço escolar, para além das paredes da sala de aula e da transmissão de conteúdos, tornando a escola um lugar sintonizado com os direitos sociais, contextualizado ao meio e ao tempo presente, nos quais sujeitos constroem, com autonomia e em cooperação, seus conhecimentos e sua própria história” (BRASIL, 2014, p.14).

A partir de compreensões como essa, forjou-se a formação de funcionários (as) com as quatro habilitações ofertadas por meio do Projeto Arara Azul e reafirmadas pelo Profucionário: Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar, Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos e outras que porventura se fizerem necessárias.

A escola é concebida como espaço educativo integral, como recentemente tem sido traduzida essa experiência e, neste caso, enquanto país, para o movimento sindical que se organiza mundialmente via Internacional da Educação. Mesmo com os limites do momento histórico atual que indica necessidade de luta global contra a mercantilização da educação, que tem reflexos nesta política.

Com formação que combina aspectos pedagógicos além do fazer específico, os (as) funcionários(as) da educação passam a ser qualificados(as) para exercer as atribuições do cargo não como meros técnicos. Podemos entender que a formação cumpriu o seu objetivo, diante de iniciativas como, de uma técnica em alimen-

tação escolar que se preocupa não só em servir o alimento, mas o faz orientando estudantes a alimentarem-se corretamente sempre que necessário; a atuação do (a) Técnico (a) em meio ambiente e infraestrutura escolar quando passa a envolver o coletivo da escola no compromisso de conservação do ambiente escolar; o trabalho de um (a) técnico (a) em multimeios didáticos ao atuar junto do (a) professor (a) e estudantes, na significação pedagógica de práticas culturais em Tecnologias Digitais de Rede ou ainda, a postura de um (a) técnico(a) em secretaria escolar, diante de altos índices de evasão ou de absentismo de estudantes, buscando contato com a família e aproximação desta com a escola, entre outras possibilidades.

No mesmo sentido, Monlevade destaca que “uma coisa é fazer registro das notas, outra é se preocupar, por exemplo, porque há 30% de retenção numa matéria. Ai sim, é ser educador (a),” diz ele. O professor define três tipos de funcionários(as): os que estão na escola por falta de opção; os que se apaixonam pela atuação; e aqueles que entraram na função, mas buscam formação para a docência, pois almejam ser professores. Conforme ele, foram os apaixonados pela atuação que começaram a fomentar a participação e o ingresso no sindicato. “Eles acreditaram ter direitos, como funcionários públicos”. Assim, vai se construindo a concepção de que todos(as) que atuam no ambiente escolar são educadores (as), pois o educar constitui tarefa que deve ser exercida compartilhadamente (BRASIL, 2004).

Para a técnica administrativa educacional, Jocilene Barboza, vice-presidente do Sintep/MT, o grande enfrentamento é desconstruir a visão conservadora, fruto de uma concepção reducionista e colonialista, segundo a qual, para ser funcionário(a) de escola, basta limpar bem ou cozinhar. Ou seja, se queremos uma sociedade igualitária e educação de qualidade, vamos começar unificando e profissionalizando todos (as) os seus trabalhadores (as).



**DINTEP-MT**

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**

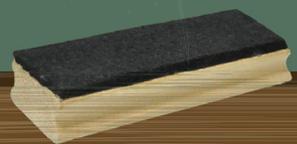
Livre, Democrático e de Luta!

“

**Minha presença no mundo não é a de quem nele se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história**

”

**Paulo Freire**





Curso Profissionalização de  
Funcionários - SME/Cuiabá  
Profª Josenildes - 1995

# O EMBRIÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS NASCEU EM CUIABÁ

*As aulas do curso começaram em 1995, apenas em Cuiabá, com funcionários que buscavam melhorias salariais e se apoderaram do próprio papel no espaço escolar.*

**Q**uando o Sintep/MT defendeu a integração dos (as) funcionários (as) de escola na carreira de profissionais da educação, apresentou simultaneamente a necessidade de garantir a esses (as) trabalhadores (as) a formação específica que lhes assegurasse o papel de educador (a). Foi então que um projeto embrionário de qualificação foi elaborado no município de Cuiabá, a partir das discussões entre Sindicato e Secretaria Municipal de Educação, no ano de 1990.

O projeto piloto ficou quatro anos engavetado pelos gestores municipais, antes de ser colocado em prática. Só em 1994 se deu a seleção do corpo docente, para a qual foram necessárias duas convocações, pois a primeira, dado o desconhecimento sobre os cursos, não atraiu candidatos (as).

“Não teve ninguém. Zerou! Nós só entramos na segunda seleção”, conta a professora Maria dos Anjos. Segundo ela, poucos queriam

se submeter a trabalhar as 40 horas semanais e ter dedicação exclusiva, deslocando-se entre os polos, carregando todo o material, sem carro. E ainda, sem garantia de salas de aula nas escolas, e até banheiros fechados para os estudantes. Era preciso muita dedicação. Das onze candidatas aprovadas, apenas três permaneceram, uma entrou depois”, relata a professora.

O quadro de docentes do curso de formação era composto por Maria dos Anjos, Josenildes Silva Rosário, Laudisséia de França Figueiredo e Beatriz Batistuta. Na coordenação contavam com a boa vontade, já que era uma tarefa voluntária, das professoras Rosilei Teixeira e Zileide Lucinda dos Santos, além da Cilene Macedo e Neusa Nascimento, ambas sem receber nada pela atuação. A dificuldade era tamanha que até para cópias tinham que contar com apoio de pessoas favoráveis à causa, entre os quais citam, além dos diretores do Sintep, o professor José Sebastião Arruda Souza, o Zezinho.

As aulas do curso começaram um ano depois desta seleção, em 1995, assim mesmo com um corpo discente ainda motivado pelo apelo de melhorias salariais, pois os concluintes seriam integrados na carreira de profissionais da educação, além de terem uma ajuda de custo para participar do projeto. “Eles eram invisíveis, a maioria não tinha consciência que eram excluídos do processo educativo na escola. Foi a luta do sindicato que deu esse entendimento de que todos (as) eram educadores (as) e podiam contribuir na escola”, afirma a professora do curso de Formação de Cuiabá, Josenildes Silva do Rosário.

O projeto inicial apresentado para a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, foi ignorado. O fato exigiu um enfrentamento do Sintep, para assegurar a decisão coletiva da unificação, em vigor desde 1987, mas ainda não efetivada com a formação. “O despertar para a formação foi feito fortemente em todo o estado. Lembro do professor e sindicalista José Maria, do professor Monlevade, da professora Marília Salomoni. Eles faziam a discussão nas escolas, o debate interno no sindicato, a partir do debate já presente a nível nacional, na CNTE”, diz Josenildes.

Segundo as professoras, em Cuiabá, demorou para as pessoas entenderem a importância da formação dos (as) funcionários(as). “Teve desfiliação para não misturar funcionário e professor. A resistência dos



Funcionários durante Formação

professores (as) foi muito grande, os (as) funcionários (as) queriam, tinham interesse, a resistência era dos(as) professores(as)”, diz Maria dos Anjos.

Um dos dirigentes do Sintep/MT e também da subseção de Cuiabá, funcionário de escola, Eudes Ferreira praticamente assumiu essa luta e com a

O curso foi criado, mas os embates permaneceram, principalmente por parte dos professores e professoras que eram contra a unificação por acreditarem que perderiam seu status e não aceitavam que os profissionalizados pudessem ganhar o mesmo piso salarial. “Nós que éramos professoras do curso quase fomos apedrejadas.

Ouvíamos que estávamos pondo coisas na cabeça dos funcionários. Era um absurdo ver as coisas que aconteciam na escola. Tinha escola em que o (a) funcionário (a) estava se aposentando e nunca tinha visto o estatuto do servidor, porque ficava guardado”, afirma Maria dos Anjos.

O projeto de profissionalização de não docentes passou por muitas reformulações. “O próprio nome já era um processo de negação - “não docentes”, relatam as educadoras. Conforme elas, ele foi sendo construído a partir das experiências e necessidades vivenciadas durante o desenvolvimento das aulas. Ele foi sofrendo modificações. Era necessário engajamento para fazer o projeto acontecer.



Professora Laudisséia

força coletiva, conseguiu que a Secretaria Municipal de Educação, na época com o secretário Valter Albano, na gestão de Dante de Oliveira, assumisse o projeto. A única escola que aceitou fazer a tramitação dos documentos do estudantes foi a Ranulfo Paes de Barros.

“Comprávamos livros e socializávamos. Livros de fundamentação teórica – história, sociologia, psicologia da educação – nós montávamos o pedagógico nas discussões. Aprendemos e crescemos com o projeto. Debatíamos o que funcionava e o que não funcionava, íamos trabalhando e adaptando”, relata Maria dos Anjos.

“Partíamos do desafio de trazer o conhecimento a partir da própria história de vida dos (as) estudantes, fazíamos as relações entre histórias de vida, e a partir delas relacionávamos com a história do país, do mundo, da luta da categoria. Relacionávamos a teoria à prática, dialogávamos com eles e elas. O primeiro texto trabalhado foi de Paulo Freire, em que ele fala sobre a escola como um lugar em que se constrói conhecimento e se faz amigos”, lembra Josenildes.

O projeto do curso estava escrito, no entanto era no coletivo que se davam as discussões para efetivamente criar uma metodologia que se adequasse às necessidades da turma. As aulas tinham que ser montadas a partir da realidade do grupo. “Era muito diversificado, em termos de idade e de formação. Tínhamos alunos com pós graduação e outros com a quarta série. As aulas eram montadas diante dessas situações. A dona Maria tinha 60 anos, enquanto a Josiane, 22”, esclarece Josenildes.

O projeto era de 60 horas para as disciplinas pedagógicas em que se aprendiam os primeiros fundamentos da educação, depois ele tinha

módulos de disciplinas técnicas específicas, num total de dois anos de curso. Porém, não



Professora Maria dos Anjos

bastava apenas o curso para consolidar a formação, era necessário que os participantes tivessem o segundo grau. Os que não tinham foram concluir ou cursavam concomitante com o curso. O fato incentivou os alunos a estudarem, para pegar o certificado. O enquadramento só se dava a partir daí. “Com a formação passaram a atuar ativamente e ter consciência de luta. Houve mudança na atitude dentro da escola, ganharam leitura, subsídio, para questionar desde o Projeto Político Pedagógico (PPP) até os professores”, destaca Maria dos Anjos.

### **CONCEITO DA PROFISSIONALIZAÇÃO**

As pessoas não tinham a compreensão, por exemplo, de que a merendeira precisava conhecer a pluralidade cultural culinária, para entender porque o menino que veio de família sulista, não apreciava o pequi, um alimento tipicamente do Centro-oeste. Precisava desmistificar o argumento de que se

tratava de frescura da criança, que por ser pobre tinha que aceitar e comer todos os tipos de alimentos que lhe eram apresentados. Era papel da nutrição escolar educá-lo na alimentação.

O curso esclarecia, nas dimensões específicas, porque o funcionário administrativo, na limpeza, por exemplo, tinha o papel de educar o estudante a não deprender o que é público. Fazer com que o banheiro seja conservado limpo em benefício do próprio estudante. Com a concepção de que o espaço escolar é todo educativo, por excelência: o local sujo e bagunçado demonstra que tipo de educação está sendo incutida na formação do (a) estudante.

Por meio da formação mostraram para os (as) funcionários (as) que é responsabilidade deles trabalhar valores, normas, convivência, etc. “É uma questão pedagógica, fazer o estudante entender que higiene é saúde; por isso, os papéis, quando descartados, devem ser colocados no lixo e não no chão”, elucidam as professoras. Foi esse empoderamento dado aos funcionários (as) com o curso que garantiu a visibilidade na escola.



Professora Beatriz Batistuta



Estudantes da 1ª turma do projeto de funcionários/as

A professora Maria dos Anjos relatou o caso da Dona Terezinha, uma funcionária cursista. Em um episódio na escola, onde a funcionária atuava, confirmou a importância da qualificação. “Ela fez questão de contar que chegou uma pessoa na escola em que trabalhava, virou-se para ela e disse: não tem ninguém na escola? Dona Terezinha colocou a mão na cintura e disse: eu estou aqui”, relata a professora.

A formação garantiu autoestima e conhecimento que contribuiu para a visibilidade.

A segunda turma do curso de formação de Cuiabá contou com um número maior de participantes e assim foi até 2005, quando o curso na rede municipal foi encerrado para a implantação do Profunionário. A qualificação dos funcionários (as) tornou-se então política nacional. “É importante como referência para o país, saber que o curso de Cuiabá foi a gênese do projeto nacional, nascido a partir da luta dos trabalhadores e trabalhadoras na educação do Sintep”, concluíram.

## Experiência precursora

Josenildes ingressou na educação pública como funcionária de escola no município de Peixoto de Azevedo, em 1985. Na época, a cidade tinha apenas uma unidade, que atendia os filhos de garimpeiros, com ensino do pré-escolar à 8ª série do Ensino Fundamental. Nesse cenário quem tinha o segundo grau era considerado professor. Foi com esse perfil, que a então secretária da escola foi parar dentro da sala de aula. “A diretora dizia que quem tivesse essa formação e não ensinasse outros, era como se tivesse negando o pão a um faminto”, lembra.

Apesar da distância (698 km da capital) e das dificuldades para conseguir professores graduados, a unidade escolar “19 de Julho” era uma escola diferenciada. A diretora Tânia Lora, uma das poucas com ensino superior, tinha em mente que escola e comunidade deveriam ser integradas. Funcionários, professores e pais, trabalhando coletivamente.

Conforme Josenildes, antes mesmo da Lei de Gestão Democrática, a diretora foi eleita pela comunidade. Isso em 1985, a lei 7040 viria se consolidar em 1998. “Quando vim pra Cuiabá, a resistência dos professores me espantava, em Peixoto as assembleias eram no cinema para envolver todos: pais, alunos, professores e funcionários”, relata.

A participação de Josenildes se deu quando ela passou a frequentar os encontros do Sintep/MT em Cuiabá como representante da escola, pelo município. “Nessas reuniões eu conheci Monlevade e tive a certeza do papel do funcionário na escola quando ouvi ele contar sua experiência”.

Monlevade teria relatado que quando estudante foi muito rebelde e estava perto de ser expulso. Temendo a punição e chorando muito foi acudido por uma funcionária que sentou ao lado dele e falou com ele sobre a importância de estudar. Foi ela, segundo depoimento, que despertou nele, a partir daquele momento, a consciência de que o funcionário é um agente educador.

Josenildes veio para Cuiabá em 1990, quando passou no Concurso da prefeitura municipal. Atuou em 1995 no primeiro curso de formação de funcionários de escola, casou-se com um ex-aluno e primeiro secretário da escola de formação de funcionários, Jairo, e se aposentou como professora da rede municipal.



Professora Josenildes



# O VOO DA ARARA AZUL

*Sem pegar em armas, os (as) funcionários (as) das escolas públicas de Mato Grosso fizeram uma revolução na cena educacional do país, quando asseguraram pela luta sindical a unificação da carreira seguida da qualificação profissional, marcada pelo projeto Arara Azul.*

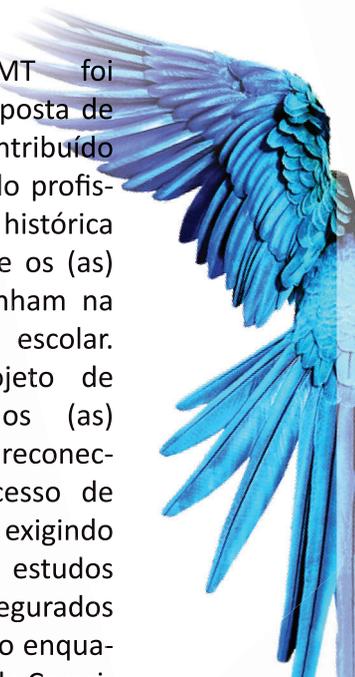
**E**laborado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) na década de 1990, o Projeto de Profissionalização de Funcionários da Educação, iniciado na rede municipal de Cuiabá, ganhou asas e se estendeu por todo o estado, com o curioso nome de ARARA AZUL.

O curso de formação de nível médio foi resultado de muita luta da categoria que buscava a valorização dos funcionários e das funcionárias que atuam no espaço escolar. Partindo da premissa de que todos (as)

naquele ambiente, são educadores (as), era necessária qualificação, para que a atuação desses servidores e servidoras fosse além da limpeza da escola, da abertura dos portões, ou de cozinhar e servir a merenda.

A proposta do Arara Azul era “a profissionalização com a valorização e o resgate social da profissão, o que exigia a adaptação dos (as) funcionários (as) a situações diversas na vida pessoal e profissional”, esclarece a secretária de Políticas Educacionais do Sintep, Guelda Andrade, técnica administrativa educacional e ex-aluna do Arara Azul.

O Sintep/MT foi protagonista na proposta de formação, tendo contribuído para a valorização do profissional e a superação histórica da invisibilidade que os (as) funcionários (as) tinham na atuação no espaço escolar. Por meio do projeto de profissionalização os (as) funcionários (as) se reconectaram com o processo de formação escolar, exigindo que retomassem os estudos para terem assegurados melhores salários e o enquadramento no Plano de Carreiras dos profissionais da educação.





### CONSTRUÇÃO DO SONHO

O Arara Azul foi estruturado levando em consideração as áreas de conhecimento geral e específica para a atuação profissional. Com foco na formação técnica de nível médio, o curso exigia do participante a certificação de Ensino Médio. Muitos servidores (as) da educação voltaram para os bancos escolares para concluir ou iniciar a formação, com objetivo de garantir a profissionalização e melhorias salariais.

Na formação profissional os estudantes tinham uma base comum pedagógica, com conhecimentos gerais, e quatro cursos técnicos específicos nas áreas de Técnico em Administração Escolar; Técnico em Multimeios Didáticos; Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Manutenção de Infraestrutura Escolar.

O objetivo era proporcionar conhecimento sobre as funções executadas. O projeto começa a ampliar sua abrangência a partir de demandas trazidas pelos profissionais das escolas e sindicato, bem como quando a proposta de formação se estendeu nacionalmente, agregando funcionários que atuam na educação infantil além das demais etapas e modalidades da Educação Básica. Diante dessa dimensão, a experiência dos profissio-

nais da educação de Mato Grosso, foi exportada para outros estados, integrando a pauta da Confederação Nacional de Trabalhadores na Educação (CNTE). Desenvolveram o projeto de profissionalização os estados de Mato Grosso do Sul, Acre e Distrito Federal. Nessa etapa, a oferta de curso foi ampliada com os cursos de Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico em Orientação Educacional e Técnico em Desenvolvimento Estudantil.

### DESCONTINUIDADE DA POLÍTICA

A vice-presidente do Sinte-p-MT, Jocilene Barboza, técnica administrativa escolar, destaca a vontade política do governo da época, além da luta dos (as) trabalhadores(as), para que a proposta de profissionalização elaborada pelo sindicato fosse encampada. Inicialmente na rede municipal de Cuiabá, e em 1998, para todo o

Mato Grosso por meio do Projeto Arara Azul, quando o então ex-prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira assumiu o governo do estado.

Após mudança de governo estadual, em 2003, houve a interrupção do Arara Azul. “Foi necessária forte atuação do Sintep/MT e mobilização da categoria para que o então governador Blairo Maggi retomasse o projeto, porém, com a carga horária reduzida, sem a mesma atenção dada pelo governo anterior”, ressaltou.

## POR QUE PROJETO ARARA AZUL?

SEGUNDO REGISTROS DO PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO, SEDUC/MT, O NOME, QUE FAZ ALUSÃO À ESPÉCIE ANODORYNCHUS HYACINTHINUS, CONHECIDA POPULARMENTE COMO ARARA AZUL, FOI ATRIBUÍDO AO PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO PORQUE SE TRATA DE UMA ESPÉCIE EXTREMAMENTE CURIOSA E INTELIGENTE, QUE POSSUI ALTO PODER DE OBSERVAÇÃO E CONCENTRAÇÃO, VIVE EM BANDOS OU EM PARES E ENCONTRA-SE EM PRESERVAÇÃO COM PERIGO DE EXTINÇÃO.





Em 2005, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT) atendeu às últimas turmas do Projeto Arara Azul. A formação profissional só foi retomada em 2006 com o Profucionário, inspirado no projeto do Sintep/MT.

A primeira turma do curso Arara Azul na rede estadual foi a de 1998. Organizada pela Seduc/MT, tinha a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento e Formação, com turmas em 12 polos do estado. As aulas eram ministradas no Centro de Formação e Atualização de Professores (Cefapros), durante cerca de dois anos. O curso de formação inicial mantém como importante característica, a articulação com o local de trabalho, destaca Jocilene Barboza. Busca trazer a profissão para a formação, como também proposto pelas diretrizes que orientam a formação de

professores. Embora essas diretrizes poderão se fragilizar, em consequência de decisões recentes na política de formação divulgada pelo Governo Federal. É oportuno alertar que tal política sequer menciona funcionários (as) da educação, depois de todo o esforço da CNTE para que houvesse a unificação dessa política, expressa pelo Decreto 8.752/2011, lembra.

Segundo as dirigentes do Sintep/MT, a relevância da formação são as perspectivas de uma atuação qualificada desses trabalhadores(as). “É imprescindível falar da importância e dos resultados positivos da escolarização e qualificação profissional para a educação, já que temos o entendimento de que todos (as) os (as) que trabalham na escola, tem responsabilidades no projeto educativo”, afirma Guelda, Secretária de Políticas Educacionais do Sintep/MT.

Com a profissionalização, os (as) funcionários (as) da área técnica e de apoio administrativo educacional, nas funções de merendeiras(os), porteiros (as), secretárias (os) e vigias passam a compor definitivamente a carreira, assegurando melhores condições de remuneração com o piso salarial como vencimento inicial.

“Ao pensar uma escola democrática não podemos nos esquecer de que os atores do processo devem estar preparados para as diversas situações encontradas no âmbito escolar, enquanto seres humanos dotados de potencial e limitações e como profissionais aptos a intervir nas decisões à sua volta, suscetíveis à construção de uma escola melhor, mais plural e uma sociedade mais justa”, conclui.



ACOMPANHE  
O SINTEP/MT NAS  
MÍDIAS SOCIAIS



sintepmt



sintep.deluta



tvshintep



sintep

REVISTA **Novos**  
**Rumos**  
Informação também é resistência

SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso  
Rua Mestre João Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes

# RELATO DE UMA FUNCIONÁRIA DIRETORA DE ESCOLA

**A**urenicy dos Passos Pereira Toígo - Funcionária efetiva e profissionalizada no cargo de Apoio Administrativo Educacional na Escola Estadual João Ribeiro Vilela, em Primavera do Leste – MT, há 17 anos. Atua na função de diretora de escola, há 3 anos e 10 meses.

Pós-graduada em Gestão Escolar, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com licenciatura plena em Educação Física e em Pedagogia, pela mesma universidade. Possui o curso profissionalizante “Arara Azul” e cursa atualmente curso de formação Profuncionário 2016/2017.

Ingressei na educação em 21/01/2000, e no mesmo ano cursei o projeto Arara Azul, que foi uma base de conhecimento teórico e prático para que eu desenvolvesse um bom trabalho enquanto educadora, no cargo de apoio administrativo educacional, função infraestrutura. Com a formação no curso profissionalizante Arara Azul, aprendi que o funcionário de escola precisa construir sua identidade no espaço escolar e para isso ele tem que participar do processo escolar, da construção do PPP, ser membro do CDCE e se envolver de forma ativa, contribuindo com a educação no seu local de trabalho. Na minha visão, a Lei Federal 12.014/2009 veio para oportunizar aos funcionários de escola a valorização e o reconhecimento deste profissional como parte importante na e da escola.

A partir da minha participação em alguns seminários promovidos pelo Sintep/MT, principal-



mente nos Encontros de Funcionários, entendi que precisava construir minha identidade. Iniciei minha atuação no CDCE representando os funcionários da escola, logo depois me tornei presidente do mesmo. Quanto mais eu me envolvia, mas eu queria participar. Então depois de muito estudo, de conhecer o processo de funcionamento de uma escola, comecei a pensar em concorrer a função de diretora de escola. Foi em uma palestra de João Antônio Cabral de Monlevade no ano 2013 em um congresso SINTEP/MT, no qual ele disse “Funcionários de escolas deixem de ser painéis, vassouras e computadores: assumam a visibilidade do processo na escola, construam sua identidade”. Neste dia ouvi as palavras de que eu precisava para me encorajar a concorrer ao cargo de gestora escolar.



O mais difícil não foi concorrer à direção, mas sim concorrer com o preconceito dos pares. Mesmo eu sendo candidata única, fizeram campanha do NÃO de forma desleal e mentirosa. Afirmavam pelos corredores que uma “faxineira”, mesmo com duas graduações e o curso profissionalizante Arara Azul, não tinha capacidade para ser diretora. Houve campanha dentro das salas de aula apontando como a “menina da limpeza” (eu) não iria conseguir dirigir uma escola. Mesmo depois de eleita com a maioria dos votos, o preconceito continuou, por meio dos comentários maldosos como “vou colocar esta faxineira no lugar dela, lugar de faxineira é limpando o chão”... O preconceito dos próprios colegas de função chegava até a comunidade escolar. Porém, fui em frente e provei que eu estava preparada e conhecia meus direitos e minha capacidade. Estava destinada a construir minha identidade como



profissional da educação e peça importante na escola.

Durante minha gestão procuro defender e oportunizar a gestão democrática. Por ela, todos têm voz e vez no processo escolar. O que vale é o respeito ao próximo, independente do cargo que se exerça. Exemplo disto são as apresentações da escola pois, sempre atuam nos teatros os professores e funcionários. E todo trabalho de organização tem sido dividido coletivamente entre o corpo docente e discente da escola. Ressalto que tive também bons parceiros que me apoiaram e contribuem para que tudo desse certo.

Hoje, no segundo mandato como diretora de escola, posso afirmar, que o meu maior desafio foi vencer o preconceito dos colegas de trabalho em aceitar que uma funcionária de escola no cargo de Apoio administrativo e na função de infraestrutura escolar tem capacidade e formação para exercer a função que desejar se assim se propuser a fazê-lo. Os funcionários de escola precisam fortalecer sua identidade no ambiente escolar, mesmo que muitas vezes sejam desmotivados, pois, no espaço escolar, todos e todas educam.





# A FUNCIONÁRIA DE ESCOLA QUE CONQUISTA UMA CADEIRA NO SENADO FEDERAL

*A trajetória da funcionária de escola pública é marcada pelo projeto que se tornou a Lei nº 12.014 que abre a oportunidade para o reconhecimento dos profissionais não docentes*

**N**o cargo de funcionária da educação básica e licenciada em Letras, a ex-senadora **Fátima Cleide** iniciou sua militância no Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (Sintero-RO), do qual foi secretária geral. Em 2002 foi eleita senadora pelo seu estado, assumindo e realizando um mandato de grandes conquistas, de 2003 a 2011.



A trajetória da funcionária de escola pública é marcada pelo projeto que se tornou a Lei nº 12.014, sancionada pelo Presidente Lula em 6 de agosto de 2009, que abre a oportunidade para o reconhecimento dos profissionais não docentes. A lei altera o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Base da educação nacional (LDB) e reconhece os(as) funcionários(as) de escola como profissionais da educação.

Escrever sobre a luta pela unificação dos Trabalhadores em Educação me anima a atravessar as paredes da memória e desenhar na linha do tempo os passos dados na luta pelo reconhecimento e valorização dos trabalhadores em educação e, particularmente, dos funcionários de escola.

Minha viagem pelas lembranças me leva aos anos 1980, quando, em Rondônia, Estado à época recém constituído, lutávamos na Associação de Professores por melhores condições de trabalho e salário.

Com a Constituição Federal de 1988, conquistamos o direito à sindicalização e, em todo o país iniciou-se o processo de construção das entidades sindicais da educação.

Em Rondônia, foram realizados três congressos num prazo exíguo de tempo, para definir qual a melhor organização da categoria na perspectiva de representar servidores públicos contratados no nível municipal, estadual e federal com atuação nas unidades escolares. O debate se acirrou em torno de duas questões. A primeira dizia respeito a quem representávamos, se a professores somente ou se a todos os profissionais da educação. E a segunda questão, era relativa ao nível de contratação.

Venceu a tese de que a entidade deveria representar a todo(as) trabalhadores(as) em educação no Estado. Desta forma, nascemos unificados na condição profissional e quanto à esfera de contratação.

## DEBATE NACIONAL

Quando em 1992 participei do 1º seminário sobre unificação promovido pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), tive contato com outras realidades estaduais e então aprofundi a consciência de que a luta não estava vencida. Era preciso muito trabalho para efetivar no cotidiano da vida sindical, o desejo de fazer sentar professores, funcionários (que àquela altura eram percebidos como auxiliares) e técnicos e construir o entendimento de que somos todos moléculas de uma mesma célula.

Graças a esta luta, fomos avançando na organização e na superação dos desafios. Aprendemos muito e eu quero ressaltar o papel do SINTEP/ MT nesta construção. Desta entidade saíram nomes de grande referência Nacional e internacional como João Monlevade e Carlos Abicalil.

Com a eleição de 2002, avançamos mais ainda, elegendo um operário consciente da classe social de sua origem e também lutadores e lutadoras pela causa da educação pública de qualidade, o que possibilitou avançarmos na conquista de direitos, entre eles o FUNDEB, o Piso Salarial Nacional e a identidade profissional dos Funcionários de escola, passo importantíssimo para a concretização da unificação da categoria.

## PÓS GOLPE

São muitos os desafios a serem superados, reconquistados e ampliados haja vista que o país vive um momento delicado pós golpe sobre a Democracia com a retirada do governo da primeira mulher legitimamente eleita Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Com o impeachment, abriu-se as portas para o desmonte das políticas públicas duramente conquistadas em 13 anos de governo popular democrático e estamos assistindo ao desmonte também dos direitos trabalhistas.

A hora é de redobrar a disposição de luta e nesses novos tempos de informação instantânea, renovar as formas de luta que não podem prescindir da velha e boa organização presencial, olho no olho, “tête a tête”, com muito estudo da realidade e estímulo à criatividade.

***Parabéns ao SINTEP/MT e a toda categoria pela firmeza e compromisso na luta!”***



*Fátima Cleide em discurso no senado em 2003*



# VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DA FORMAÇÃO

**H**á 22 anos, existe em Mato Grosso – fruto de muita luta – a formação em serviço para os funcionários (as) da educação, porém, muitas dúvidas ainda persistem nas escolas, inclusive entre os funcionários, tais como: por que os funcionários também podem ser educadores? Por que eles devem colaborar e fazer parte do projeto político-pedagógico? A formação no Profuncionário serve apenas para aumentar o salário?

As respostas não são simples. Para começar: entender o seu papel no ambiente escolar e lutar por uma melhor educação fazem parte de um processo de empoderamento. Mas o que é o empoderamento? Empoderar significa dar ou conceder poder para si mesmo

ou para outras pessoas. Assim, para os (as) funcionários (as) da educação, significa entender o seu papel como educador para ter o poder de mudar a escola, seu local de trabalho. Esses processos – de conscientização e de transformação - não ocorrem por acaso: supõem uma estratégia anterior, a da formação. O primeiro passo nessa formação, hoje, é o Profuncionário, que foi formulado a partir das experiências dos cursos técnicos na rede municipal de Cuiabá, em 1995 e se consolidaram na rede estadual de Mato Grosso com o Projeto Arara Azul.

Essa formação tem uma consequência mais visível: a valorização profissional. Porém, o principal é despertar a visão de educador nos (as) funcionários (as)

A partir dessa visão é possível intervir no espaço escolar e contribuir para a prática pedagógica. Porque a educação na escola é algo que se faz em conjunto e não é restrita aos professores. E um (a) funcionário (a), empoderado (a) pela formação, mostra na prática à comunidade escolar a importância de cada educador (a).

Quem vivenciou a experiência de se descobrir educador (a) e transformar a escola em que trabalha, afirma que o percurso não foi fácil,



Formação em multimídias didáticas

no entanto os resultados tornaram a luta gratificante.

Para atingir seus objetivos, em muitos casos é necessário enfrentar o preconceito dentro da unidade escolar, geralmente onde ainda persiste a ideia de que os (as) funcionários (as) não podem opinar por serem subalternos.

Kesia Gonçalves é funcionária da rede municipal de Confresa município a 1.160 km de Cuiabá, há 10 anos. Entrou na carreira pensando que o seu trabalho como técnica em infraestrutura escolar era apenas limpar a Creche Municipal Professora Lucinara. Ela ingressou no Profuncionário por incentivo da subsede do Sintep/MT e se encantou pela carreira. “Eu pensava em trabalhar para alimentar os meus filhos, mas quando eu comecei a entender a importância do meu trabalho na vida das pessoas e dos alunos, me apaixonei. Hoje sou uma mulher realizada e isso se refletiu na minha autoestima”, afirma. Durante as suas descobertas

sobre ser educadora, Kesia entendeu que seu conhecimento deveria ser compartilhado. No trabalho que ela define como “de formiguinha”, foi convencendo os colegas de trabalho sobre a importância de cada um e como



De merendeira a técnicas em nutrição escolar

isso poderia melhorar a creche. “Quando se entende o que é ser educador(a), a gente quer que outras pessoas vejam e que também acreditem no potencial de cada um. Quem ainda não tem essa visão acha que eu sou enxerida, porque como profissional de apoio não poderia me meter nas decisões”, fala Késia. Com muito trabalho, venceu o preconceito e se tornou a primeira diretora eleita da Creche Municipal Professora Lucinara. Ela lembra que depois da luta por gestão democrática não havia nenhum candidato da creche para concorrer à gestão. “Percebi que não tinha que esperar atitude de ninguém, que eu era a pessoa que podia administrar a escola. Teve campanha contrária a mim e ouvi pessoas falando que, por ser do Apoio, eu não tinha capacidade para ser diretora. Mas o trabalho conjunto venceu e fui eleita com 70% dos votos. Essa resistência pelo fato de que sou funcionária passou e estou no segundo mandato, para o qual fui eleita com 98% dos votos”.

## VISIBILIDADE

Para a educadora, ainda é preciso avançar no reconhecimento dos funcionários no ambiente escolar. Mas cada funcionário(a) é fundamental para que essa mudança aconteça. “Quando o profissional não tem formação, tende a não ter identidade, não saber do papel dele. E se a pessoa não sabe quem é, não vai saber dizer para o outro quem é. Por isso a formação é necessária, para que os(as) funcionários(as) sejam ativos no processo

educativo. E se não fosse a luta, não teríamos a oportunidade de nos formar, de entender que somos fundamentais no processo e querer que as outras pessoas também sintam isso”.

Militante há mais de 30 anos na educação e técnica administrativa educacional aposentada do município de Várzea Grande, Cida Cortez participou das primeiras turmas do projeto Arara Azul. Foi a partir da militância e da formação que conseguiu conquistar seu espaço como educadora, no ambiente escolar. Mas ela garante que ainda falta avançar muito no reconhecimento dos(as) funcionários (as) como educadores pois “ainda se tem a ideia de que existem os mais importantes da escola e os que são complementares”.

Chamada muitas vezes de intrometida nas escolas que trabalhou, Cida lembra que começou muitas brigas ao se posicionar e participar do processo educativo.



Funcionária Kesia Gonçalves

“Antes da militância, quando o problema era com o outro eu não me importava; agora, se mexeu com o outro, mexeu comigo também. E cada vez que o funcionário(a) se empodera e faz o enfrentamento, ele sofre dentro da unidade escolar. Mas o funcionário ciente do seu papel de educador(a) terá condições de contribuir e intervir não só na questão pedagógica, mas na luta da categoria”.

Esse preconceito que ainda existe em muitas escolas públicas tem raízes históricas. Nas primeiras escolas brasileiras, no século 16, os padres jesuítas eram os professores e os funcionários eram os índios “catequizados”, ou mesmo escravos africanos - o que significava trabalho braçal não remunerado. Surge aí o conceito que a profissão seria subalterna e invisível. “Existiam os que pensavam e os que executavam, os tarefeiros. Durante muito tempo os funcionários(as) ingressavam na carreira semianalfabetos. Essa concepção está mudando, mas ainda nos deparamos com situações como as do município de Várzea Grande, que proibiu os(as) funcionários(as) de se candidatarem para a direção escolar, mesmo que possuíssem os pré-requisitos necessários”, afirma Cida Cortez.

## ESPÍRITO DE LUTA

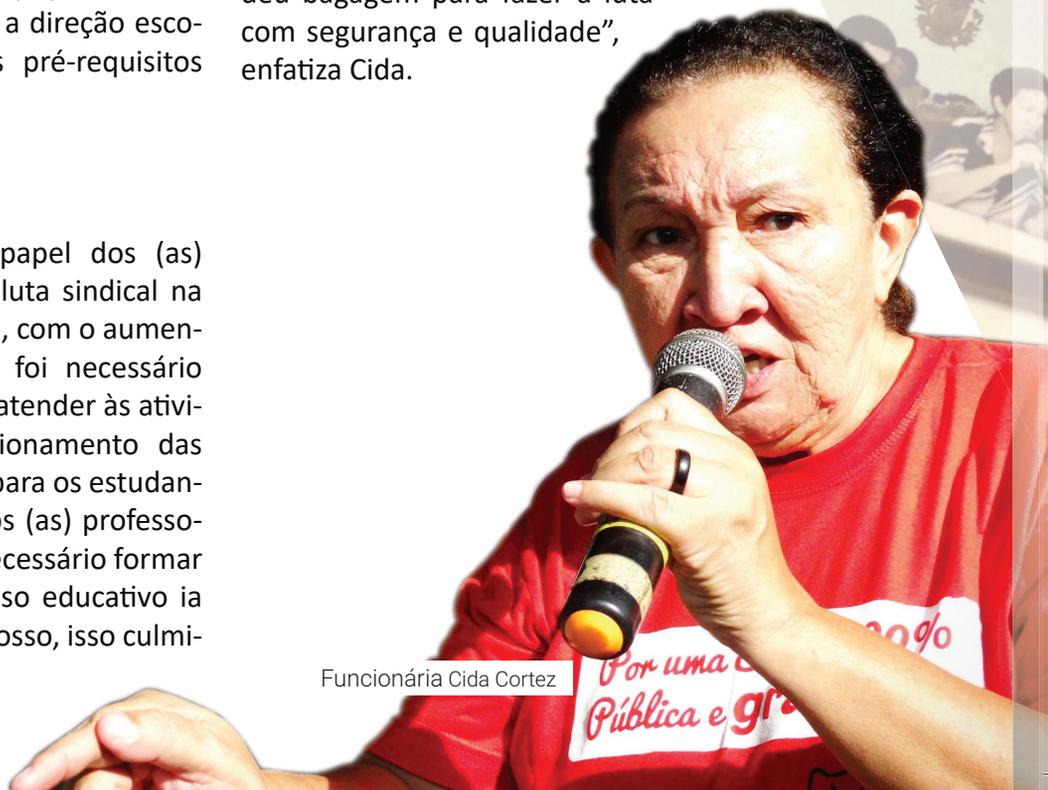
A mudança na percepção do papel dos (as) funcionários(as) veio através da luta sindical na década de 1980. Percebeu-se que, com o aumento do acesso à escola pública, foi necessário contratar mais profissionais para atender às atividades necessárias para o funcionamento das escolas. E que não era suficiente para os estudantes serem instruídos apenas pelos (as) professores(as), tendo em vista que era necessário formar o cidadão e para tanto o processo educativo ia além da sala de aula. Em Mato Grosso, isso culmi-



Seminário de Funcionários 1992

nou na luta unificada na educação e consequentemente a proposta de formação em serviço, através do Arara Azul, que inspirou a criação do Profucionário.

“A formação é fundamental para o empoderamento do(a) funcionário(a). É preciso conhecimento, escolarização e formação política. Eu só tive coragem de me posicionar a partir do momento em que vim para o Sindicato. Foi onde aprendi a dialogar, conversar e me posicionar. Eu já tinha formação em nível superior, mas ela não me deu autonomia, coragem ou compreensão da realidade. Me deu bagagem para fazer a luta com segurança e qualidade”, enfatiza Cida.



Funcionária Cida Cortez

# A UNIFICAÇÃO DA LUTA POSSIBILITA A UNIFICAÇÃO DA CARREIRA



A unificação na carreira dos profissionais da educação, conquistada em 1998 pela luta sindical no Sintep/MT, é parte do desafio para assegurar relações políticas igualitárias dentro dos sindicatos. Para além da carreira unificada é necessário a unidade da luta. Esse é um desafio apontado pelo secretário executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), José Valdivino de Moraes, quando faz um balanço sobre as conquistas e perspectivas sobre a profissionalização que tornou educadores todos que atuam no espaço escolar.

Segundo ele, é preciso que a luta dos funcionários e professores seja única, respeitando as pautas específicas e as comuns da categoria. A unificação vai além da inserção das categorias na mesma carreira, ela existe nas políticas sindicais coletivas, na unidade pedagógica, com a profissionalização e universalização do conceito de ser educador, e ainda, na valorização salarial com planos de carreira. Uma luta necessária e que não se dá de forma passiva, é preciso pressão”, diz.

A unidade sindical, por exemplo, deve ser fortalecida no coletivo para que as lutas históricas se mantenham e avancem. “A união garantirá o enfrentamento às políticas de retrocesso. A unidade entre os profissionais foi o primeiro passo para fazer frente as políticas neoliberais no Paraná. “Foi diante dos desafios postos há 20 anos atrás que se deu a unificação entre funcionários e professores no estado”. União que se faz necessária novamente pois os ataques voltam a ser diários contra os profissionais, na tentativa de retroceder na carreira e na formação conquistada e já implantadas”, diz.

Valdivino lembra que o país atravessa um momento político difícil, o que exige uma maior unidade na luta para construir, principalmente junto aos jovens, a convicção de que sem carreira não há futuro. “Superar esse atual período de retrocesso é necessariamente continuar lutando e construindo as políticas para que quando os desafios forem superados, possamos avançar no processo”, esclarece. Os avanços citados por Valdivino passam por garantir a profissio-

nalização, mesmo diante das políticas públicas apresentadas pelos governos com o desmonte dos Planos de Carreira. ‘A mudança é necessária e, no interior das escola, ela não se dá por meio de números, mas através da percepção do espaço educativo e participativo assegurado com a formação”, disse ele.

A partir da profissionalização a escola ficou mais democrática, com a produção de novas relações com a equiparação pedagógica. Isso não significa que a luta ficou mais fácil. Mas por meio dela, a autonomia intelectual e a autoestima fluem da formação. A formação proporcionou mais conhecimento, a carreira, melhores salários. “Isso não seria possível sem a formação, com relações e valores fortalecidos, os valores reproduzidos no espaço da escola e no contato com os alunos”, assegura.



**JOSÉ VALDIVINO DE MORAES**  
SECRETARIA EXECUTIVA DA CNTE



# AVANÇOS E DESAFIOS NA LUTA UNIFICADA

A sindicalização é defendida pelas organizações classistas como decisão fundamental para qualquer trabalhador(a), que quer assegurar direitos. Outra premissa básica, é a luta unificada, pois a pulverização da organização de trabalhadores (as) fragiliza a capacidade de negociação com “o patrão”, reduzindo as possibilidades de conquistas ou de manutenção de direitos.

O argumento explica o expressivo movimento de unidade que ocorreu entre os segmentos de funcionários(as) da educação, de especialistas da educação e de professores(as), buscando uma mesma entidade representativa de seus interesses profissionais em nível nacional, a Confederação Nacional dos Trabalha-

dores em Educação (CNTE). Foi algo semelhante ao que aconteceu ainda nos anos 80 na maioria dos estados, com as associações de professores.

Com os avanços nesse processo, alguns consolidados em dispositivos da Constituição, outras demandas se seguiram no sentido de unificar não só a luta, mas os direitos, constituindo-se, ainda hoje, como desafios para a unificação na valorização profissional, entre professores (as) e funcionários (as).

Um grande passo para a unificação da carreira dos profissionais da educação a partir de referências da legislação federal, foi dado com a Emenda Constitucional nº 53/2006 - de autoria do ex presidente do Sintep/MT e então deputado federal à época,

Carlos Abicalil - que modificou o art. 206-VIII da Constituição Federal - CF, assegurando carreira única e estendendo o piso salarial nacional ao conjunto dos profissionais da educação, embora não foram ainda regulamentados. Por força do 1º FUNDEB, o Piso fixado pela Lei nº 11.738 de 2008 restringiu aos Profissionais do Magistério (professores/as e pedagogos/as).

Com isso, fraturou a luta unificada, quer por elementos já conquistados em algumas redes, que corroboram para a valorização dos (as) educadores(as) – formação, salário, carreira, jornada e condições de trabalho, quer, por outros em fase de conquista.

<sup>1</sup>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

## O CAMINHO PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

A possibilidade de acesso à formação profissional funciona como indutor da escolarização. Foi assim na rede estadual e tem sido nas redes municipais principalmente onde há perspectiva de inclusão na carreira dos profissionais da educação. No entanto, nem todos (as) que atuam em ambientes que não sejam a sala de aula nas escolas, são escolarizados (as) em nível médio, principalmente nas redes municipais. “É urgente ampliar a formação inicial e continuada, seja em cursos técnicos, seja na graduação e pós graduação”, afirma o professor, João Monlevade. Segundo ele, sem esta formação profissional, torna-se um grande desafio manter a profissão na estrutura social e se dar acesso a uma carreira unificada.

Um dos maiores desafios atuais, apontado pelos educadores em relação à carreira unificada, é que, embora a lei 12.014/2009 reconheça os (as) funcionários (as) da educação como profissionais da educação, a partir da formação técnico-pedagógica e a Constituição preveja Piso Salarial Nacional vinculado a carreira para esses profissionais, os governos estaduais e municipais descumprem os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, em seu artigo 206, os quais, articulados aos dos arts.61 e 62-A da LDB, são as bases da valorização profissional dos (as) funcionários (as) da educação.

O descumprimento a esses preceitos começa com os atuais concursos públicos para ingresso nos cargos dos (as)



funcionários (as), que não são realizados mediante provas qualificadas e títulos adequados – ao menos de cursos técnicos - de acordo com a Lei.

O art. 62-A da LDB determina que os (as) candidatos (as) apresentem título profissional de nível médio ou superior – técnico ou tecnólogo, por exemplo, em alimentação escolar, em infraestrutura e meio ambiente, secretaria escolar e multimeios didáticos. Ocorre que, como ainda não há em grande escala a oferta desses cursos para a demanda social, pode ser que, se abrirem concursos com essa especificidade, não apareçam candidatos às

abertura de concursos para as funções não docentes nas escolas, sem a exigência da formação profissional - apenas com comprovação do ensino fundamental ou do ensino médio, dependendo do cargo.

A invisibilidade profissional é uma forma de desconstruir a unificação na carreira e de dificultar o reconhecimento social da profissão. Ao contrário dos (as) professores (as), que há muitos anos discutem e se apropriam de sua formação, o debate sobre a necessidade de qualificação dos (as) funcionário(as) é recente e, deve ser reafirmada nas políticas de educação reivindicada pelos sindicatos e oferecida pelos sistemas de ensino, principalmente pelas escolas técnicas estaduais e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Neste contexto, compreende-se a necessidade de se unificar os movimentos sindicais. “A unificação é um passo de política global, na direção de superar a luta de classes, entre trabalho manual e trabalho intelectual”, destaca o professor João Monlevade.

*A unificação é um passo para superar a luta entre trabalho manual e trabalho intelectual*

vagas potenciais nas redes públicas de ensino.

A prática tem sido a de



Aula Inaugural curso de Profissionalização de 1995

## CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

A profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação foi normatizada como a 21ª Área Profissional de Nível Médio, por Parecer e Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Tanto que, para assegurar a habilitação profissional, se faz necessária a formação específica, ofertada por instituições credenciadas.

Desde 2005, o Ministério da Educação (MEC) impulsiona a formação de funcionários(as) da educação junto aos estados - agora com menor expressividade, por meio do PROFUNCIÁRIO - Curso técnico de nível médio em educação, construído a partir das experiências advindas do projeto do Sintep em Mato Grosso na rede municipal de Cuiabá e consolidado como política de formação de funcionários (as) no estado com o Projeto Arara Azul. O mesmo modelo foi também adotado por Mato Grosso do Sul, quando implantou o Pé de Cedro, para os profissionais da secretaria escolar.

Segundo Monlevade, a

mobilização terá que ser intensa, não só para assegurar a formação, mas para garantir que ela se traduza em novas práticas nas escolas. “Muitos acreditam que basta ingressar no trabalho pelo concurso, sem maior compromisso com os valores e práticas vividas na formação. Pior: não querem a formação específica de nível médio, buscam a pura titulação em nível superior”, destaca ele.

O educador esclarece que o foco da busca pela qualificação é muitas vezes só a melhoria salarial, em cursos que nada ou pouco têm a ver com sua atuação. “Buscam a graduação em história, química, biologia, pedagogia, mas continuam atuando como merendeira, vigia, ou na limpeza, deixando de potencializar o próprio trabalho.” E vai mais longe em seu pensamento: “Na hora em que passarem a pensar como educadores, vai acabar essa prática escravista na conservação e limpeza, de que é o aluno quem suja e o funcionário o que limpa; quem vai limpar a sala é os que a suja-

ram, e quem vai fazer o trabalho intelectual da coordenação dessa limpeza serão os funcionários.”

Pesquisador e estudioso do tema, Monlevade reforça que é a qualificação dada pela competência no trabalho e pelo diploma profissional que assegura aos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública a identidade de educador e educadora. “Antes da profissionalização os funcionários não tinham habilitação técnico-pedagógica, e não contavam com planos de carreira como profissionais da educação”

Monlevade destaca que o grande impeditivo para os (as) funcionários (as) colocarem em prática o que aprendem no programa de formação é a compreensão de que a escola, mesmo democrática e gratuita e direito de todos, ainda é considerada e identificada como lugar de professor e aluno. Isso reforça a invisibilidade dos funcionários, fato que é uma realidade no mundo inteiro, principalmente na América Latina.

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE, a formação, carreira, salário e jornada – associados a condições de trabalho, são elementos indissociáveis da valorização profissional.

Ao longo de sua história, a organização sindical de trabalhadores (as) da educação se mobilizou para assegurar esses princípios. A partir de 2005, quando se instituiu a formação de funcionários (as) da educação com incentivo do governo federal, até a ruptura democrática<sup>2</sup>, podemos afirmar que o Brasil viveu um período de avanços quanto à valorização dos(as) trabalhadores(as) da educação, principalmente dos(as) funcionários (as) da educação. Até então, eram inexistentes políticas de valorização profissional para estes (as) trabalhadores (as), com a exceção do Mato Grosso, seguida por iniciativas semelhantes em Mato Grosso do Sul, Acre e Distrito Federal, estas com menor alcance de valorização na carreira.

Diferente do restante do país, a formação para funcionários (as) da educação na rede estadual em Mato Grosso foi iniciada praticamente ao mesmo tempo da aprovação da lei de carreira unificada. “Isso não quer dizer que o direito à carreira a estes profissionais, tenha vindo como dádiva! A aprovação da LC 050/98 (LOPEB) custou mais de 40 dias de greve, fora as discussões coletivas, trabalho em comissões, processo de convencimento, enfim, toda mobilização ocorrida no período”, recorda o presidente do Sintep/MT, professor Henrique Lopes do Nascimento.



Com a profissionalização e ingresso no plano de carreira unificado, com direito ao mesmo vencimento base e jornada de trabalho dos professores, Mato Grosso alcançou condição ímpar de valorização dos(as) funcionários(as) da educação no país, se mantendo ainda nesta condição, mesmo após a oferta do Profunionário que ampliou o acesso à formação para outros estados.

Nas redes municipais, foram fundamentais para os avanços políticas de iniciativa em nível federal – instituição do Profunionário, reconhecimento dos (as) funcionários (as) como profissionais da educação (Lei 12.014/2009) e instituição de piso salarial por meio da Lei 11.738/2008, ainda que para o magistério mas, que balizou as reivindicações do Sintep/MT para o conjunto dos profissionais da educação nos municípios. Tais elementos de valorização profissional não se encontravam assegurados aos funcionários (as), na maioria dos planos de carreira. Foram necessárias muitas mobilizações e greves para unificar a carreira em muitos municípios, lembra o Técnico Administrativo Educacional e Secretário de Redes Municipais do Sintep/MT Alex Ferreira da Cruz.

Além da criação da 21ª

área profissional pela Resolução CNE/CEB nº 05/2005 que respaldou a criação do Profunionário, o artigo 206 da CF, modificado pela Emenda Constitucional nº 53 de dezembro de 2006, conforme já citado, constitui parâmetro para a valorização dos (as) funcionários(as), por assegurar direito a carreira e ao piso salarial, nos incisos III e VIII, respectivamente. “Foi com base nestes princípios que o Sintep/MT pautou a luta nas redes municipais, tendo avançado na valorização dos (as) funcionários(as) da educação”, ressalta o secretário de Redes Municipais.

Estas conquistas estão em risco com a tentativa de imposição dos Planos de Carreira e Remuneração – PCRs capitaneados pelo MEC, Seduc, Undime e AMM. “O objetivo, é nítido: retirar os funcionários (as) da carreira, negando-lhes piso salarial, ampliando jornada de trabalho, a fim de adequar os investimentos em educação aos cortes no financiamento de políticas sociais promovidos pelo Governo Federal, principalmente com a Emenda Constitucional 95/2016, reproduzida em Mato Grosso como a EC nº 81/2017 que terá impacto nos municípios”, destaca Jocilene Barboza, vice-presidente do Sintep/MT.

Como a luta pela valorização profissional é permanente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE em sua 2ª Plenária Intercongressual, em 2015, aprovou minuta de dois importantes projetos de lei – piso salarial e diretrizes de carreira –, para o conjunto dos profissionais da educação, nos termos do artigo 206 da CF conforme mencionado no início do texto. Eles permanecem em pauta e são grandes motivadores da luta unificada de trabalhadores (as) da educação por valorização profissional, de acordo com o Secretário de Políticas Educacionais da CNTE, Gilmar Soares Ferreira.

A valorização profissional abrange as condições de trabalho. Com cerca de apenas 5% de escolas da educação básica no país com infraestrutura adequada, de acordo como Observatório do PNE, é inevitável pensar nos impactos que a ausência deste elemento de valorização pode propiciar para a saúde de trabalhadores (as) da educação e de estudantes. Soma-se a essa questão, no caso dos (as) funcionários(as), a inadequação ou ausência de instrumentos de trabalho.

Para os que desenvolvem suas atividades na função de infraestrutura e alimentação escolar, principalmente, além do número reduzido de pessoal, Guelda Andrade, secretária de Políticas Educacionais do Sintep, alerta para outro aspecto: em que condições materiais funcio-

nários (as) desenvolvem suas funções. “Desconheço uma escola que tenha uma máquina de lavar louça ou um equipamento adequado que retire as grandes painéis de cima dos fogões”.

Ela prossegue dizendo que esses profissionais muitas vezes trabalham de forma rudimentar apesar de todos os avanços tecnológicos. Utilizam o balde, o rodo, a vassoura, o esfregão, não se encontrando na escola sequer um carrinho de limpeza com rodas”.



Tão mobilizador quanto refletir sobre condições inadequadas de trabalho, seja na rede estadual, seja nas municipais, é não perceber iniciativas que indiquem uma modificação desta situação a curto ou médio prazo.

O Estado de Mato Grosso deve aos trabalhadores (as) da educação, programa de prevenção de agravos laborais, lembra a Secretária Adjunta de Políticas Educacionais, Maria Luiza Zaniratto. Ponto de pauta de reivindicação do Sintep/MT, esta questão vem sendo desconsiderada por seguidos governos que se

apressam apenas em divulgar o número de trabalhadores (as) em constantes afastamento para tratamento de saúde, sem que nenhuma ação efetiva seja feita para amenizar tal situação, complementa.

Quanto à carga horário de trabalho, apesar da jornada única de 30 horas na rede estadual e orientação semelhante às redes municipais, as 40 horas tem sido praticadas em alguns municípios, com maior frequência para funcionários (as) da educação. Com a maioria de

mulheres, são sobrecarregadas com dois turnos diários de trabalho, os quais, aliados às tarefas domésticas, tendem a ampliar os afastamentos para tratamento de saúde independente se professora ou funcionária.

Outra dimensão da jornada de trabalho no que diz

respeito aos funcionários (as) da educação é destinação de parte da carga horária para a formação continuada e outras atividades integrantes à função, como ocorre com os(as) professores(as), com pelo menos um terço da jornada de hora de trabalho pedagógica, regulamentada também por lei federal (11.738/2008). Com isso, os momentos de estudos, de planejamento e de reflexão sobre o trabalho, são escassos, ou ficaram nas lembranças quando da formação inicial no Profunionário.

## DIREITO À FORMAÇÃO: LUTA PERMANENTE!

A formação dos (as) funcionários (as) da educação, prevista pelo artigo 61 da LDB (Lei 12.014/2009) e reafirmada pelo artigo 62-A (Lei 12.796/2013) é base para valorização profissional e constitui-se grande desafio. Mesmo depois de mais de duas décadas da primeira experiência formativa no município de Cuiabá, em 1995, a formação ainda não se configurou como política de estado. Iniciativa importante para superar essa lacuna, foi protagonizada mais uma vez pelo Sintep/MT e subsede do Sintep de Várzea Grande que, ao contar com a sensibilidade de companheiros oriundos do movimento sindical na Superintendência de Jovens e Adultos e Superintendência de Formação da SEDUC/MT, propôs a oferta dos cursos técnicos de nível médio em educação, nos Centros de Educação de Jovens e Adultos. Ao iniciar a oferta em 2014, o Ceja Licínio Monteiro em Várzea Grande, abriu caminho para que outros Centros ou escolas de educação de jovens e adultos, viessem a assumir essa demanda. Infelizmente com a reorientação das políticas em educação do Governo Taques eleito no ano em que os cursos iniciaram, foi assegurada apenas a terminalidade das turmas após muitas mobilizações de estudantes, professores e direções dos referidos Centros.

O debate sobre formação inicial se faz emergente tanto pela insuficiência da oferta nas habilitações já existentes, como



Formatura **Profuncionário** Pedra Preta 2017

na necessidade da oferta de cursos técnicos para funções ainda não contempladas (transportadores de escolares, técnicos em desenvolvimento infantil e outras). Outra dimensão é a formação continuada na escola ou na universidade, como aperfeiçoamento, em nível de graduação (tida como formação inicial pela Res. CES/CNE nº 02/2016) ou de pós graduação. Os Cursos Superiores de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho não se materializaram, estando ainda como expectativa de oferta, pelos diálogos do sindicato com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Cuiabá, único ofertante da formação em nível médio.

A formação contínua e permanente com o coletivo da escola, salvo exceções, segue sendo negligenciada mesmo após o sistema de ensino ter experimentado a seleção de formadores responsáveis especialmente pela formação continuada de funcionários (as), no âmbito dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação – Cefapros, no início desta década. Tal iniciativa se deu em resposta às efusivas

cobranças do Sintep/MT à Seduc/MT em relação à formação continuada, nos Encontros Estaduais de funcionários da educação.

Atitudes de subserviência de funcionários (as), diante da gestão escolar que muitas vezes não os (as) reconhece como partícipes do processo educativo, a dinâmica de organização da escola, entre outros, são fatores que podem contribuir para que a atuação dos (as) funcionários (as) enquanto educadores (as), não esteja sendo potencializada. Nesta seara perpassa a gestão democrática, cuja discussão é muito atual e necessária. A formação continuada, em especial no local de trabalho, poderá ser importante espaço para estas reflexões. É processo permanente e sempre associado à profissão.

Reconhecido como espaço de formação política e profissional, o sindicato, propulsor histórico destas pautas, também se constitui como ambiente potencial para a formação dos (as) trabalhadores em educação, sem prejuízo da atuação precípua na defesa dos direitos de trabalhadores(as) da educação.



## Os funcionários da educação no espaço escolar

**A**vanços significativos do papel da escola na sociedade atual, deram à essa instituição a função para além da escolarização o atendimento com função social em que além de ensinar os conhecimentos culturais e científicos, a escola deve cuidar e proteger seus estudantes durante sua permanência conforme calendário escolar.

Hoje a escola é referência para campanhas educativas, orientações de saúde, protetivas sobre o trabalho infantil, exploração sexual, pedofilia e outros. A prática pedagógica há muito vem exigindo atividades extra

curriculares, aulas de campo, salas de informática, salas de leitura, laboratórios de ciências.

Para toda esta abrangência das atividades escolares e complementação da educação familiar, para os profissionais docentes é bem vinda a ampliação dos (as) funcionários de escolas com identidade, profissionalização e dedicação ao projeto político pedagógico de nossas escolas. O trabalho conjunto de professores (as) e funcionários (as) inegavelmente amplia as possibilidades de atendimento do alunado em sua plenitude, principalmente na escola pública onde se encontra mais de 80%

da população brasileira escolarizável. Contudo, nosso olhar na organização e estrutura do ambiente escolar conclui que os prédios, ainda não contemplam esses funcionários. Por exemplo, em quantas unidades escolares pensam a criação de um espaço permanente e integrador de funcionários (as) e professores (as)? O que se observa, há na maioria dos casos, a sala da direção, da coordenação pedagógica e a sala dos (as) “professores”.

Parece-me que os gestores educacionais, ao reformar, adequar ou mesmo construir não observam que o universo escolar exige hoje um ambiente propício para a integração, interação dos profissionais da educação, mesmo que estejam na maioria de sua jornada em ambientes próprios onde cumprem suas tarefas. Assim, entendemos que como professores (as) da Educação Básica e sindicalistas temos que ampliar nossas reivindicações para garantir tal espaço e ocupá-los de fato. É muito ruim fazermos a defesa da unificação nos planos de carreira, nas greves, nas assembleias e no interior da escola nos encontrarmos apenas nos corredores, em trânsito, confirmando a invisibilidade desses funcionários (as) da educação.

Uma escola participativa, democrática e inclusiva deve exigir na planta, no projeto arquitetônico, espaço para os encontros, estudos e integração de todos os profissionais da educação. O que pensamos disso em pleno século XXI ?



## A luta para superar a miopia do profissional no espaço escolar

**C**om diretoria mista, a subseção do Sintep de Guarantã do Norte assegura a unificação na luta. À frente da presidência está a técnica em Alimentação Escolar, Elza Alves Ferreira do Nascimento. Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público no município desde 2015, quando assumiu a vice-presidência do sindicato. Foi na luta pela participação dos(as) funcionárias na carreira que consolidou sua permanência na direção, como presidente da subseção. A participação unificada é histórica no estado, mas foi assegurada em Guarantã em 2016, quando conquistaram a lei de carreira dos trabalhadores da educação, na rede municipal.

“Quando assumi o meu concurso na educação com o cargo de merendeira escolar, achei que tudo que eu deveria fazer era alimentar as crianças e ir embora. Hoje sei da minha importância na educação e para a sociedade, que não sou só a merendeira, sou a educadora responsável por parte de todo crescimento que elas terão. Eu antes era uma pessoa que não entendia o meu verdadeiro valor na educação, e mesmo após anos de trabalho dentro da escola me sentia mais inferior do que quando não trabalha na educação”, relata.

Segundo Elza, até hoje há um muro invisível que separa técnicos, apoio e professores. E, por discordar da situação, buscou no sindicato conhecer a luta que faziam em defesa e igualdade na categoria, situação que, conforme ela, era desconhecida dentro das escolas.

A presidente argumenta que sempre atuou nos eventos da escola, do que resultou a eleição para compor o Conselho Deliberativo da Comunidade Esco-

lar -CDCE, chegando a sua presidência. “Nessa época tive a oportunidade de participar dos debates do Plano Estadual de Educação e da elaboração do PCCS no município. Sempre que precisava de um representante do município nas reuniões ou eventos do sindicato, eu era escolhida. E então fui indicada para compor a chapa concorrente nas eleições do sindicato”.

“Sei da importância que o meu papel como funcionária, educadora e militante, teve e tem na formação e na estrutura da educação no meu município. Os avanços que tivemos foram aprendizados que se tornaram lutas e que a cada dia mantemos em prol da educação e dos educadores. Vou me aprimorando sempre, tentando resgatar mais educadores para a luta que é de todos (as).

Para ela o desafio é não só assegurar os direitos e conquistas mas também defender no ambiente escolar o processo de unificação, notadamente da carreira. Hoje o município tem mais de 80% dos funcionários de escola profissionalizados e com nível superior. O desafio era mostrar a relevância da formação para os servidores da escola, destacando o papel que desempenham no processo educacional. “E isso, conquistamos”, declara. O envolvimento dos profissionais foi tamanho, que na última greve, a adesão desses servidores foi de cem por cento.

“Nosso desafio agora, é conquistar um outro olhar de boa parte dos docentes das escolas para a importância da unificação”.



*Cerimônia de formatura do curso de graduação -Tecnólogos em Processos Escolares, no Acre.*



*Experiência pioneira no Brasil*

## Curso superior e o **amadurecimento da profissionalização**

**E**m 6 de agosto de 2009 foi publicada a Lei nº 12.014, que em acordo com a CNTE, especificou as três categorias de profissionais da educação, agora acrescidas de duas outras categorias conforme Lei 13.415/2017 que prevê modificações no ensino médio. Além dos professores e pedagogos, a terceira categoria se referiu a funcionários da educação básica com formação específica em nível médio ou superior. No nível médio, além dos cursos técnicos pioneiros no Mato Grosso, Acre, Mato Grosso do Sul e DF, já se tinham oficializado as quatro habilitações profissionais do PROFUNCIÁRIO, segundo diretrizes curriculares da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, pela Resolução nº 05, de 2015. E a formação em nível superior, quando se iniciou no Brasil?

Criado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), por reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre – SINTEAC, e com apoio da Secretaria Estadual de Educação e Esporte daquele estado e orientação da CNTE, nasce o Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares. Seguindo a

ementa do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, publicado em 2011, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, atende a necessidade de valorização e profissionalização de funcionários (as) que atuam nos serviços de apoio das escolas. O Brasil vivia naquele momento o esforço de construção de identidade e valorizar institucionalmente esse segmento, numeroso, invisível e subalternizado, mas que tem grande importância para o funcionamento das unidades escolares e para o processo educacional.

Os(as) tecnólogos(as) na área de Processos Escolares são habilitados(as) a atuar em atividades de planejamento e de acompanhamento dos processos acadêmicos e fluxos organizacionais, de tecnologias relacionadas aos processos de planejamento, coordenação, controle e operacionalização das atividades de apoio pedagógico e administrativo. As atividades estão integradas ao contexto do ensino e da educação intraescolar e extraescolar, em diferentes espaços educativos, tais como secretarias escolares, bibliotecas, manutenção de infraestrutura, refeitórios, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas, brinquedotecas - entre outros ambientes que compõem uma unidade escolar.

Em 2015, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, responsável pela oferta do curso, formou a primeira turma do país em Processos Escolares. Hoje, são mais de seis turmas formadas, em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul.

“Para mim, este foi um dos momentos mais importantes e emocionantes. O Acre é pioneiro na formação superior dos funcionários de escola e, ser da primeira turma de nível Superior do Brasil é motivo de orgulho e satisfação. E fico ainda mais feliz pelo meu sindicato, SINTEAC, que lutou incessantemente por este curso”, disse Márcia Lima, aluna da primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares e oradora da turma.

Márcia Lima, que também é diretora do Departamento de Funcionários Administrativos da Educação no SINTEAC, diz que está preocupada com o atual momento que o país vem passando. “Apesar dos avanços educacionais dos últimos anos, como o reconhecimento dos funcionários de escola como profissionais da educação, este governo ilegítimo e golpista vem retirando os direitos dos trabalhadores de forma “descarada” e isto afeta todas as conquistas dos funcionários de escola. É necessário que todos os trabalhadores se unam para frear este desmonte na educação”, finaliza.



Márcia Lima, do SINTEAC

## Resolução 02/2016 reforça o reconhecimento da profissão

A partir de 2016, as instituições de ensino superior que se propuserem a ofertar os cursos de graduação e pós graduação aos funcionários (as) da educação deverão fazê-lo com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, para a categoria III do artigo 61 Lei nº 9394/96.

A Resolução CES/CNE nº 02/2016, constitui-se importante marco normativo, ao definir princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, no planejamento e até mesmo nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que

os ofertam. Universidades, Institutos Tecnológicos e Faculdades de Educação têm prioridade como ofertantes dos Cursos Superiores de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho, com ênfase em qualquer das quatro áreas do Profuncionário.

Com base nessa legislação, o SINTEP/MT tem estreitado a discussão junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, o qual, já com relevante atuação na formação de funcionários da educação em nível médio, tem demonstrado interesse em prosseguir com a oferta de formação aos funcionários (as) da educação em nível superior.



## Diretrizes dão sustentação a formação superior de funcionários da educação

**A**pós a caminhada que consolidou a escola como um espaço educativo e assegurou aos (as) funcionários (as) o papel de educadores a partir da formação básica, era natural que se desse continuidade ao conhecimento ampliando os estudos e apri-

mando o percurso formativo para que este ganhasse especificidade com o exercício pedagógico. Nasce então a luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) para a criação no Ministério da Educação (MEC), do curso de graduação voltado para formação de funcionários e funcionárias de escolas dialogando com a \*Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesse caminho o professor doutor Luiz Dourado, então membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, foi fundamental. \*Em dezembro de 2014, um ano depois de inserido o art. 62-A na LDB, a CNTE, com a colaboração do referido conselheiro,

voltou a solicitar ao MEC o pedido de consulta ao CNE para elaborar as diretrizes para formação dos funcionários em nível superior.

O cenário registrava uma demanda favorável. Dados do Censo Escolar de 2013 revelavam um universo de 500 mil pessoas trabalhando em alguma área administrativa ou de apoio escolar, com o ensino médio concluído e, portanto, aptas a cursarem o ensino superior. A associação da demanda por profissionalização com a necessária valorização do trabalho escolar, tendo como referência as propostas de piso e de diretrizes nacionais de carreira da CNTE, fez da formação Superior uma estratégia para avançar na luta sindical e no reconhecimento social dos (as) funcionários (as).

A aprovação do Parecer CNE/CES nº 246/2016 e a publicação da Resolução CNE/CES nº 2/2016, tiveram à frente o professor Luiz Dourado, definiu como proposta quatro cursos. Esses reúnem um repertório de conhecimentos teóricos, práticos e habilidades. Segundo Dourado, “resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado, cuja consolidação se articula ao seu exercício profissional, respeitadas as áreas de formação e atuação dos funcionários”, diz.

O professor Dourado acrescenta que os cursos estão fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

“O objetivo é permitir o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania. A pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e técnico-pedagógica específica. E mais, a atuação profissional na organização das áreas de formação e atuação dos funcionários, bem como participação na construção do Projeto Pedagógico e da gestão de instituições de educação básica”, relata.

A elaboração das diretrizes implementadas na Resolução 02/16 são resultado da evolução da luta por valorização profissional que foi fortalecida nacionalmente com a Lei nº 12.014 da Senadora Fátima Cleide. A Lei inclui os funcionários de escola, desde que profissionalizados em nível médio ou superior, entre os profissionais da educação. Os professores e pedagogos, conforme a Constituição (art. 206) e do ADCT (art. 60), estão no gênero profissionais da educação, contudo no segmento “profissionais do magistério”.

Os impactos dessas leis foram tão significativos que resultaram inclusive para efeito do financiamento da Educação Básica (Fundeb) que assegurou o Piso Salarial Nacional (Lei nº 11.738, de 2008) também aos (as) funcionários (as) que foram integrados com a Lei nº 12.014, de 2009, como trabalhadores em educação.

O passo seguinte a Resolução 02/16 foi dar vazão a matrículas em universidades e nos institutos de educação, ciência e tecnologia, com o propósito de avançar no processo de profissionalização e valorização dos funcionários, conforme o PNE. A demanda existia, restava apenas efetivar os cursos para que com a profissionalização e valorização do trabalho escolar. Com a formação superior a ação educativa desenvolvida pelos funcionários se dá nas áreas de Secretaria Escolar, de Alimentação Escolar, de Infraestrutura Escolar e de Multimeios Didáticos.

“O exercício da ação do funcionário da educação básica nas áreas mencionadas é permeado por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e o manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação contextualizada desse profissional da educação”, esclarece Dourado.

Mesmo engatinhado em termos de Brasil, a graduação específica para profissionais de escola está engrenando, a exemplo do Acre que já formou mais de cinco turmas na área, no ensino superior. “Como se trata de novos cursos, as instituições de educação superior promovem discussões a partir da Resolução CNE/CES 2/2016 e também a partir do material produzido pela CNTE com a

proposição de matrizes curriculares, além disso considera-se a expertise acumulada com o curso Profucionário de nível médio”.

O professor Luiz Dourado destaca ainda o fato de que a formação superior nas áreas citadas atenderão àqueles sem vínculos com escolas, o que amplia um nicho no mercado de trabalho e trazendo especialização profissional. “Os cursos de Tecnologia propostos, pela Resolução, destinam-se aos profissionais em exercício e a todos os egressos do ensino médio. Portanto, os cursos estão abertos a demanda social”, informa.

A despeito desses avanços, as condições dos funcionários da educação básica são as mais diversas e fortemente marcadas por diferenças. Em alguns casos, gozam de plano de carreira e, em outros, os sistemas têm optado pela terceirização ou outras formas precárias de contratação. No entanto, a profissionalização é o caminho proposto para o encontro do equilíbrio e respeito nas diferentes modalidades de educadores (as) no espaço escolar.



\*Assegurar no prazo de 2 anos a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica Pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

\*\* trecho extraído da Revista Retratos da Escola



# Valorização profissional exige formação contínua e permanente

**T**ive o privilégio de ingressar na rede estadual de educação por concurso público no dia 21/01/2000 e assim ter acesso ao projeto Arara Azul. A formação me orientou nas minhas atribuições, principalmente sobre o meu papel de educador no ambiente escolar”.

O depoimento do técnico administrativo educacional (TAE), Klebis Marciano Rocha dos Santos, demonstra a importância da profissionalização para o desenvolvimento das funções do cargo e da relação do (a) servidor (a) com o ambiente em que atua profissionalmente.

Segundo Santos, os primeiros meses na escola foram um desafio, ao se confrontar com o desconhecimento

sobre os afazeres da secretaria. “Fui descobrindo sozinho, por meio da observação. Porque os efetivos,

*“A formação constrói o respeito e a identidade do funcionário de escola”*

que poderiam orientar, tinham outras demandas e os contratados que atuavam na área temiam repassar as informações, com medo de perder o lugar”, relata. Klebis brinca ainda, que como não havia internet, não tinha como buscar ajuda no google.

Foi com a qualificação por meio do programa de formação de funcionários, na época o Arara Azul que reuniu o conhecimento fundamental para conhecer o seu papel profissional, assim como seus direitos, enquanto trabalhador. Foi com a formação que construiu o respeito profissional e sua identidade como funcionário de escola. Conforme ele, a formação o despertou para o domínio das ferramentas de trabalho, a exemplo do uso das tecnologias educacionais, tema inclusive de sua dissertação de conclusão de curso. “Com o computador nos capacitamos e transmitimos para os estudantes práticas que despertaram o interesse dos alunos e tornam a escola mais interessante”, diz.

Klebis atua como funcionário na Escola Estadual Ivone Tramarim, em Pedra Preta, relata que a partir da formação, ofertou capacitação na área tecnológica para os profissionais da escola, e logo depois foi convidado pela rede municipal para fazer orientação e formação com os (as) funcionários(as). “Fiquei surpreso com a adesão e o brilho no olhar da descoberta da tecnologia no ambiente escolar”, disse.

## LUTA PELA CONTINUIDADE DA FORMAÇÃO

TAE, com graduação em Matemática e especialização em Magistério do Ensino Superior, tem agora uma nova bandeira de luta: pela implantação de mestrado específico para funcionários (as) da educação. Depois de ter cursado o Arara Azul e o Profuncionário, se propôs a um novo desafio, que é lutar para que o estado ou o governo federal viabilize turmas de especialização *stricto sensu*.

A partir de um grupo nas redes sociais,



*Klebis Marciano Rocha e equipe de formadores/as*

composto por quase 300 servidores interessados em fazer especialização na área, cobra do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, a efetivação de uma base curricular, tutores e estrutura para concretizar o sonho. Segundo o funcionário, a defesa do mes-



*Aula de Formação do Profuncionário*

trado está integrada a valorização profissional e ao enquadramento dentro do Plano de Cargo Carreira e Salários (PCCS) dos profissionais da educação estadual.

“Vejo a necessidade urgente da continuidade da nossa formação acadêmica, pois é de extrema importância adquirirmos mais conhecimentos para que o nosso papel de educador possa ter mais êxito”, acredita.

Segundo ele, o estado está órfão de formação. “Não tem quem faça!” Atualmente, como militante também para que haja a oferta do Profuncionário em todo estado de Mato Grosso, conseguiu por meio do Sintep/MT viabilizar a abertura de um polo do IFMT para atender duas turmas de Manutenção da Infraestrutura, em Pedra Preta e Rondonópolis. As turmas integram funcionários de vários municípios da região: Alto Garças, Alto Taquari, Araguainha, Pedra Preta, Itiquira, Guiratinga, Rondonópolis, Jaciara, Juscimeira, São José do Povo, Ouro Branco e Poxoréo.

Para Klebis, o grande desafio diante de um cenário político nacional retrógrado, que tem atacado as conquistas e barrado avanços em outras esferas de governo, está na unificação sindical. “É preciso desenvolvermos práticas entre os educadores para lutarmos juntos, nos tornarmos únicos”.

# IMPACTOS DO GOLPE NOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PARA FUNCIONÁRIOS EM MT

O golpe institucionalizado em 2016 não ocorreu apenas com a retirada do poder da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff. Ele também desmontou projetos políticos, em especial aqueles que asseguravam recursos para a Educação, comprometendo os programas de formação, especificamente, o Profuncionário.

Com o corte de recursos, os investimentos para a formação ganharam outra destinação, como o Pronatec e o MédioTec, programas que favorecem, com recursos públicos, a iniciativa privada. Os demais programas no Brasil ficaram em segundo plano.



*Djalma Francisco de Sousa  
Secretaria Adj. de Funcionários/as da Educação*

O desmonte promovido com a retirada de recursos para política de formação profissional, se estrutura no pacote de medidas governamentais: Teto de Gastos (EC 095/2016), Terceirização, Reforma Trabalhista. As reformas gestadas em nível federal, estrangulam o orçamento dos municípios que, por sua vez, desmontam a carreira, dos profissionais da educação, vitimando os funcionários de escola. “Os planos de carreira nas redes municipais estão sendo desmontados”, ressalta o secretário de Funcionários do Sintep/MT, Djalma Francisco.

A formação profissional é vista pelo(a) funcionário(a), a princípio, como um caminho para melhorias na remuneração. Quando os gestores atacam a carreira, a profissionalização não terá impacto no salário. Sendo assim, os funcionários se questionam: “porque fazê-la?” Na maioria das vezes os(as) funcionários(as) não profissionalizados(as) estão há muito tempo distantes dos bancos escolares e têm resistência de voltar a estudar se não virem nesse esforço uma resposta imediata. “Eles não enxergam na proposta dos dois anos do Profuncionário uma oportunidade para avançar”, esclarece Djalma. É importante que outros elementos da valorização estejam assegurados, além da formação.

São vários os registros de W.O (vazio) de inscrições feitas pelas instituições executoras dos cursos de formação – Instituto Federal de Educação de Mato Grosso (IFMT) e Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Seduc-MT), via Centro de Formação e Atualização de Professores (Cefapros). “A demanda depende do Plano de Carreira nos municípios.

O diagnóstico é diferente quando feito junto aos servidores estaduais, que têm a progressão garantida”, afirma.

O reduzido número de inscrições induz um diagnóstico equivocado a respeito da verdadeira demanda de direitos à formação inicial: são quase 2 milhões os funcionários da educação no Brasil, 30 mil dos quais em Mato Grosso. Porém, o pequeno número de inscritos atende aos objetivos dos governos, que cada vez mais cortam investimentos para a educação com objetivo de implantarem pacotes de formação à distância, elaborados por instituições privadas. “Estão conduzindo a forma-

ção para programas terceirizados nos diferentes níveis de formação. Na realidade estão lavando as mãos das obrigações do estado”.

O quadro pode impactar até mesmo o projeto estadual, defendido pelo Sintep/MT, da implantação do curso superior específico para funcionários de escolas. “Se não há interesse na formação básica, porque gastar recurso com um curso de ensino superior? É melhor, diante da contenção, investir em outra área. E assim, deixam a demanda para ser absorvida pelas instituições privadas, conclui Djalma”.

# VENHA CONSTRUIR UM SINDICATO FORTE!

JORNADA DE  
30 HORAS

PISO ÚNICO

PROFISSIONALIZAÇÃO  
DE FUNCIONÁRIOS (AS)

DOBRA DO PODER  
DE COMPRA

GESTÃO  
DEMOCRÁTICA

HORA ATIVIDADE  
PARA INTERINOS (AS)

AVANÇO

NA EQUIPARAÇÃO  
DAS CARREIRAS  
DAS REDES  
MUNICIPAIS  
COM A REDE  
ESTADUAL

CONCURSO  
PÚBLICO

INCLUSÃO DE  
FUNCIONÁRIOS (AS)  
NO PLANO DE  
CARREIRA



FILIAÇÃO

Fileie-se

[www.sintep.org.br](http://www.sintep.org.br)

# Hacia un movimiento pedagógico latinoamericano

## A experiência brasileira como inspiração para a luta na América e nos outros continentes

**N**o Novo Sindicalismo, criado a partir do movimento sindical cutista, o objetivo era que todos que trabalhassem no mesmo local fossem sindicalizados na mesma entidade. Ou seja, o critério principal da filiação sindical não seria o da função específica do(a) trabalhador(a), mas a natureza do local ou unidade de trabalho. Essa concepção nasceu após a reabertura do processo democrático no Brasil, em 1988, a nova Constituição deu aos(as) servidores(as) públicos o direito de se sindicalizarem.

*“Profuncionário é um visão de organização exportada para os países da América Latina”*

Naquele período, no geral, a organização dos (as) trabalhadores (as) se deu em fases, conforme relata a secretária de Relações Internacionais da CNTE, Fátima Silva. “Primeiro, ela passou pelo processo da sindicalização dos (as) trabalhadores (as), depois pela luta de sua unificação. Daí veio a ideia de trazer, junto com os (as) professores(as), os (as) trabalhadores (as) que atuavam no mesmo espaço da escola”, relata.

Nesse movimento, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais foram pioneiros, abrindo suas associações de profissionais do magistério aos funcionários técnicos e administrativos, colegas de local de trabalho. Em Minas foi criada a União dos Trabalhadores em Educação – UTEMG. E em outubro de 1987, a AMP se transformou em AMPE – Associação Mato-Grossen-

se de Profissionais da Educação, o que abriu a perspectiva de formação dos funcionários em cursos técnicos, ou seja, da sua profissionalização. Em

Em janeiro de 1990, no Congresso da Confederação dos Trabalhadores do Brasil em Aracaju, oficializou-se a unificação em nível nacional, sendo fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Em 2004, o Ministério da Educação, já no Governo Lula, decidiu dar mais um passo, em nível nacional e institucional: o da profissionalização dos funcionários, por meio da formação técnico-pedagógica dos (as) trabalhadores (as), que vivenciavam condições de precarização, a começar pela nomenclatura dada à função, a de apoios. Foi então que se chegou ao Profuncionário. Essa visão de organização, que também é sindical, foi “exportada” para os países da América Latina e do mundo, pela Internacional da Educação.

“É um processo lento, mas que leva a concepção de que os (as) trabalhadores (as) da escola são educadores (as), mesmo não exercendo à docência”, diz Fátima. A ideia de que todos são educadores no espaço escolar ganhou uma resolução aprovada em Congresso e, a partir disso, ganha o mundo. E completa: “É um processo que não vai na velocidade que a gente quer, porque é uma mudança de concepção e de forma de organização”.



nais da educação, que é o que existe na maioria dos países, segundo Fátima. “São poucos os países que têm sindicatos unificados, com professores e funcionários da educação. Onde está assim, ótimo, mas onde não está nós fazemos um trabalho para que venham a unificar. E, onde não há essa possibilidade, nós estamos passando por um processo de filiação dessas organizações à Internacional da Educação. Hoje existe a unificação na Fecod, na Ctera, uma central como a CNTE; na Argentina, existe numa província um sindicato unificado, e os demais são separados. No Chile, os sindicatos são separados mas temos sindicatos de funcionários filiados à IEAL”, relata Fátima.

## LUTA INTERNACIONAL

A IE criou um grupo de trabalho mundial: ela representa todos os continentes, com todas as diversidades culturais e com todas as concepções também, integrando as ambiguidades entre entidades públicas e privadas. Os avanços na luta pela unificação dos(as) funcionários(as) da educação, no mundo, galgaria um novo patamar com a realização do encontro mundial de trabalhadores da educação não docentes. “Estamos caminhando para uma reunião mundial”, diz Fátima.

Paralelamente, o último Congresso da IE, no Canadá iniciou um processo de debates entre os(as) funcionários (as) que estiveram presentes, para definir políticas em defesa da profissionalização dos trabalhadores da educação. “A IEAL começa a intervir orientando na mudança da linguagem dos materiais didáticos e de sua própria página, passando a incorporar que somos trabalhadores da educação”, destaca. O Brasil como vanguarda tem realizado encontros, levando a discussão para os países da América Latina. É um esforço que não pode ser impositivo. A mudança é cultural e necessita de uma trajetória gradual, que passa atualmente pelo processo de filiação dos trabalhadores a sindicatos específicos de profissio-

Ainda conforme ela, a mudança de paradigma passa pelo conceito de educação, pelo conceito de quem faz a educação, para quem e para quê. E junto, pela concepção de organização sindical. Uma coisa é junto com a outra. E nesse ponto, argumenta que o desafio, na América Latina, é despertar para o fato de que todos somos educadores dentro de uma unidade escolar, todos têm responsabilidades e todos contribuem com o processo educativo. E este vai além do conhecimento da matemática, da geografia, faz parte da educação integral.

Outro desafio apontado pela representante do movimento internacional da educação é o de entender a necessidade de unidade nos locais de trabalho, enquanto trabalhadores da educação. “Para fazer o enfrentamento diante do processo que está aí, de privatização e terceirização, comum a toda a América Latina e que atinge docentes e não docentes, o desafio é entender que a forma como nos organizamos nos fortalecerá para fazer o enfrentamento”, disse.

O que une as categorias, segundo Fátima, é a luta como classe trabalhadora. O desafio é unidade de ação, mudança de concepção e paradigmas. “Mato Grosso é um exemplo, uma realidade diferente das demais do País; o avanço frente a outros lugares é tamanho, que já tem funcionários(as) no cargo de vice-presidente do sindicato”, conclui.



# UM OLHAR GLOBAL SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS/AS DA EDUCAÇÃO

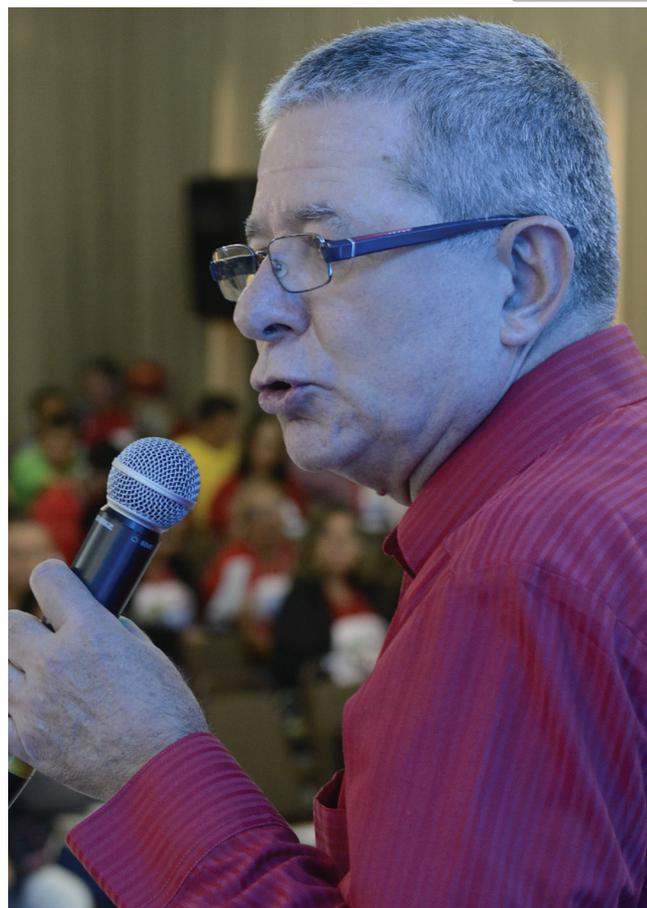
*Em todas as partes, fala-se do sistema educativo escolar de forma separada. É um erro grave a separação dos professores dos demais educadores.*

O coordenador regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), **Combertty Rodriguez** (Costa Rica) relata, nesta entrevista, a situação da luta pela unificação e profissionalização dos(as) funcionários(as) de escola, no mundo.

A Internacional da Educação (IE) representa mais de 30 milhões de professores, trabalhadores e educadores, em cerca de 360 organizações, de 170 países e territórios do mundo. Entidades de profissionais que atuam da pré-escola à universidade. A instituição tem como objetivo o desenvolvimento de organizações democráticas para professores e outros profissionais da educação e luta contra o racismo, a discriminação na educação e na sociedade.

**NOVOS RUMOS** - Qual o olhar da Internacional da Educação para América Latina sobre a profissionalização de funcionários e funcionárias das escolas?

**Combertty Rodriguez** - É um tema que nos parece ser central, porque coloca uma dimensão diferente da que se expressa ou verbaliza dentro do setor da educação, quando se refere ao educador, tendo em vista apenas os professores. Em todas as partes, fala-se do sistema educativo escolar de forma separada. É uma grande contradição, porque o Sistema Educativo compreende todas as suas partes e, sem dúvida, todas as pessoas que trabalham na escola. Todos os trabalhadores da educação. Esse conceito equivocado de Sistema Educativo, é que promove a elitização da educação. É um erro grave a separação dos professores dos demais educadores. Temos que ter um conceito diferente desse setor (funcionários) da educação. Os funcionários cumprem uma função



clara no setor, sem a qual não haveria a dinâmica educativa.

Esses profissionais não se organizam na maior parte dos países da América Latina, como também não em várias partes do mundo. O Brasil é uma particularidade nesse caso, há uma estrutura de organização do setor que não existe nos demais países. Tem que se valorizar isso, em específico na CNTE, que faz dessa causa uma política. Em outros países do mundo os funcionários não estão organizados em sindicatos, ou sequer, por si mesmos. Há aqueles que estão filiados pontualmente em outras organizações, mas ficam fora das políticas implementadas para os professores e nem mesmo defendem uma política própria.

Quando os profissionais do magistério vão defender políticas laborais, o direito dos funcionários não entra, nem ao menos numa convenção específica. Quando conquistam aumento de salário, que se trata de valorização, o benefício não é extensivo aos funcionários. E, sequer existe programa de formação voltado para a qualificação de funcionários de escolas. Isso não existe lamentavelmente, na maioria dos países da América Latina.

O que existe no Brasil, pela luta da CNTE é uma exceção, é uma política que teve a contribuição importante do professor João Monlevade, um

*“ O Sistema Educativo  
compreende todas as  
suas partes e, sem dúvida,  
todas as pessoas que  
trabalham na escola ”*

pesquisador que sempre defendeu a política de inclusão, na CNTE e na IEAL. Defesa que não é tão fácil. É preciso ter uma visão muito reflexiva e crítica para reconhecer e valorizar os profissionais da educação como trabalhadores e trabalhadoras da educação.

**NR** - Quais as ações que a IEAL tem feito, nas suas organizações e debates, para conscientizar e envolver os demais sindicatos de professores ou/e funcionários, ou aqueles que se organizam para lutar de forma coletiva pela valorização profissional como um todo e lutar pela educação?

**Combertty Rodriguez** – A IEAL apresentou o tema num Congresso e foi aprovado, se tornando parte da sua política. Foi formado um grupo - um comitê mundial - para o debate e discussão. No último Congresso no Canadá, o grupo de análises colocou a temática em nível mundial, para análise, levantando o debate sobre a situação da organização dos funcionários de escola. Nas conclusões apresentadas, revelaram que muitas organizações nunca haviam sido questionadas sobre o tema. Temos um problema de história e falta de consciên-

cia, estruturado no setor da educação. É cultural, ou porque nasceu dessa forma ou foi segregado e aí todos mantêm. Daí temos que discutir o tema e estender para outros países da América Latina, porque nos parece que é uma tese fundamental e de consenso.

**NR** - Quais os desafios para que isso se torne política mundial e para que a IEAL consiga avançar na unificação?

**Combertty Rodriguez** – Temos que seguir colocando o tema nas organizações sindicais, nos informar sobre a situação do setor e, trabalhar as informações e verificar o que deixam de fazer. Normalmente, o segmento não tem consciência dessa possibilidade e, sendo assim, não está na cultura deles. Mas como é uma resolução e uma política da IEAL e da IE mundial, continuaremos fazendo nosso trabalho e sobretudo convencendo as organizações de que é necessário esse avanço para poder fortalecer a educação. Conscientizar de que separados os educadores e educadoras dificilmente poderão avançar no sistema educativo público, como o que queremos ter fortalecido. Vamos continuar articulando a todos para essa concepção de educação. E fazer o enfrentamento, pois constatamos por exemplo, a educação superior que normalmente se comporta como elite. Esse segmento não quer nada com os(as) funcionários(as) e isso se repassa para a educação básica. É um problema de cultura, sem dúvida teremos que continuar nos esforçando para isso.

*“ O que existe no Brasil, pela  
luta da CNTE é uma  
exceção ”*



**M**anter a carreira unificada dos profissionais da educação e assegurar a política de formação dos(as) funcionários(as) de escola se apresentam como um desafio recorrente da classe trabalhadora, diante do cenário de ameaças que as medidas adotadas pelo governo golpista e corrupto de Michel Temer trouxeram para o país, em especial para a educação”. A afirmação é do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE), Heleno Araújo, que traça os enfrentamentos que os educadores e educadoras terão que fazer para assegurar direitos já conquistados.

Segundo o presidente da CNTE, os desafios começaram na educação com a ida do ministro José Mendonça Bezerra Filho do Partido Democrata (DEM) para o Ministério da Educação. “Esse é um partido que sempre atuou contra as medidas de ampliação do direito à educação. Eles foram contra as cotas, o Prouni, o acesso do povo mais pobre - negros e negras - ao ensino superior”, esclarece.

Além de uma gestão lamentável no Ministério da Educação, bem como no governo federal, Heleno Araújo destaca a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional 95, na contramão do que foi aprovado em 2009, com a EC 59, que reduziu o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destina-

# CONJUNTURA PARA MANTER CONQUISTAS E AVANÇAR

*O projeto político do governo golpista não atende a classe trabalhadora a qual nós educadores estamos inseridos/as*

dos à manutenção e desenvolvimento do ensino. “A atual emenda é uma regressão terrível que reduz os investimentos em educação e retirou da Lei de Diretrizes Orçamentárias todo o indicativo que estava destinado para a Educação, que conseguimos colocar no Plano Nacional de Educação (PNE)”, disse.

“Essas medidas, aliadas à Lei do Novo Ensino Médio, à aprovação das terceirizações e da Reforma Trabalhista, são o conjunto de ações que afetam diretamente o ingresso na carreira dos profissionais da educação.



*Heleno Araújo presidente da CNTE*



Manifestação contra Reformas – dirigentes sindicais da CNTE

E mais: a chamada Lei do Teto dos Gastos (20 anos de congelamento) irá abolir o Concurso Público, favorecerá ainda mais as terceirizações dos serviços, já em franca ascensão na educação, nos estados e municípios”, lembra.

Os desafios são extensos, como aponta a CNTE: a terceirização do trabalho, que hoje é uma das responsáveis pelo desmonte da carreira dos(as) funcionários(as) das escolas, avança para dentro da sala de aula, ampliando o contrato de professores que passarão a ser terceirizados diretamente com o estado e por empresas. A articulação do desmonte da carreira dos profissionais da educação será favorecida com a entrega da escola pública a organizações sociais, com a militarização, justificadas por uma falsa avaliação da educação básica em nosso país.

“Essas são medidas que acompanham o golpe que foi desferido sobre a democratização de nosso país e que se tornaram desafios fundamentais e importantes para o conjunto de profissionais da educação. Por isso, precisamos de muita organização, mobilização para barrar essas medidas e não deixar que elas sejam implementadas nos próximos 20 anos, colocando o Brasil numa situação desastrosa, ao retirar o direito da população a uma educação pública, que deveria estar a serviço da melhoria da qualidade de vida das pessoas”. Este ano, em razão do cenário político e econômico nacional, o movimento educacional brasileiro, reuniu o Fórum Popular de Educação - um espaço de aglutinação - para fazer os enfrentamentos às medidas que o governo

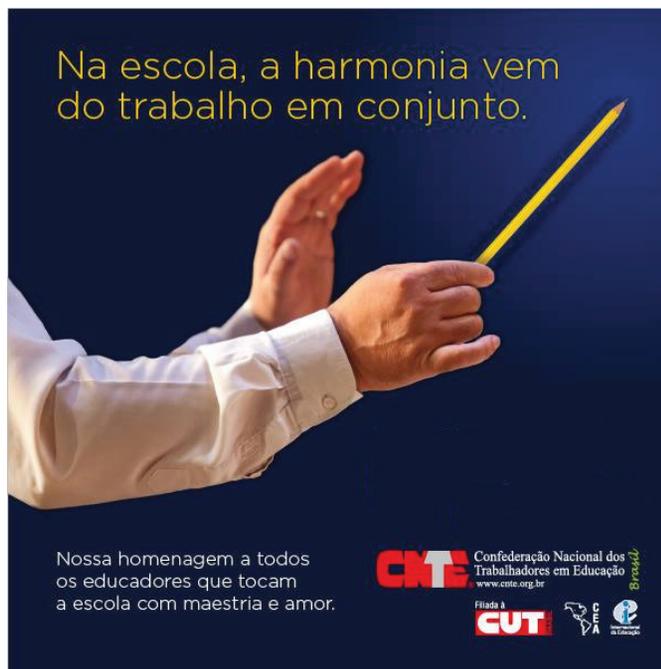
golpista coloca. O Fórum produziu um documento base para a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) como objeto mobilizador em todo o país. “Hoje 23 estados, mais o DF estão mobilizados, realizando as etapas intermunicipais de educação, já programando a data estadual da Conape, rumo à etapa nacional de 26 a 28 de abril de 2018, em Belo Horizonte.

Essa foi a forma da CNTE, os profissionais da educação e, todo o movimento educacional brasileiro, a educação pública e privada, básica, profissional e superior, de todas as entidades e movimentos que defendem a educação terem um espaço de unificação para que possam apresentar um documento final de referência para a disputa política dentro do Congresso Nacional. “É a pauta que precisamos levar para as eleições para a presidência da república e para os governos estaduais em 2018”.

O objetivo é a mobilização, levando o debate a todos os municípios sobre os eixos de defesa dos educadores, fazer o debate sobre o monitoramento e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação, do Plano Estadual de Educação, do PNE e deixá-los em evidência no debate nacional. “O combate pela ampliação do debate nacional não pode ficar restrito ao auditório onde vão acontecer as discussões, deve ter visibilidade no entorno”, diz. O objetivo é levar a população a repercutir o diálogo da educação com todos aqueles que fazem o processo educativo no país.

Helena destaca que a forma como foi feita a disputa das eleições de 2014 e como a chapa perdedora se posicionou diante da derrota, possibilitou o aparecimento dessas forças conservadoras que ganharam espaços nas casas legislativas com projetos que criam posições absurdas, diante do que reza a Constituição Federal. Esse cenário possibilitou o aparecimento de figuras como Jair Bolsonaro, que traz uma postura racista, homofóbica que não condiz com a defesa dos direitos humanos, com respeito ao outro, à orientação sexual, à diversidade, que a sociedade exige para existir com coerência, respeito entre as pessoas. “Quando esses grupos rejeitam e protestam e atacam o ódio de classe é uma situação complicada para o país”, afirma.

“Nosso desafio está na disputa do espaço eleitoral para nós trabalhadores da educação. Ficarmos omissos, sem participação é dar mais espaço para os conservadores ocuparem o executi-



vo, as assembleias legislativas, espaços em que se formulam as políticas públicas para o país.

A defesa da educação deve estar representada. Hoje temos um Congresso Nacional composto por 220 empresários e 110 ruralistas, estão acabando com a estrutura do direito social do povo brasileiro”.

A colocação do presidente da **CNTE** faz o contraponto aos 2 milhões de professores e 2 milhões de funcionários da educação básica, assim como os 400 mil docentes e técnicos da educação superior e tecnológica pública do Brasil, e os milhões de estudantes que deveriam ser base ativa da **UBES** e **UNE**, que precisam ser representados.

## OS DESAFIOS PARA VENCER :

- A Terceirização do Trabalho
- Desmonte da Carreira dos(as) Funcionários(as) das Escolas,
- Avanços da Terceirização de Professores (Diretamente ou por meio da \*pejotização)
- Entrega da Escola Pública a Organizações Sociais
- A Militarização das Escolas

*\*Abertura de CNPJ como se fosse uma empresa, só que de pessoa física*



## Qual foi a motivação para pesquisar o tema Funcionário da Educação?

**P**rimero é preciso dizer que sou funcionária de escola - Técnica Administrativa Educacional – TAE, há 18 anos. Meu despertar para a pesquisa deste tema foram alguns pontos que vou elencar, mas o ponto decisivo foi minha atuação na direção da escola São José em Pontes e Lacerda. Escola na qual era lotada até dezembro de 2016, escola em que iniciei minha vida profissional com pessoas que marcaram minha atuação como profissional da educação e funcionária de escola.

O primeiro ponto foi minha atuação desde sempre na escola em todos os espaços, até mesmo nas reuniões pedagógicas da escola, nunca deixei de participar de nenhuma reunião porque era funcionária e não atuava na docência. Nas reuniões pedagógicas eu dialogava, debatia todas as questões educacionais com a compreensão que aquela temática também era da minha responsabilidade enquanto profissional.

O segundo ponto foi transitar entre as funcionárias da limpeza, pois sempre tive boa relação com elas, perceber as reclamações recorrentes de desprezo, falta de respeito e me indignar com os relatos do tipo “aqui não somos tratados como gente; parece que não existimos; nossa opinião não importa”, entre outras questões que me incomodava. Na ocasião respondia a elas que insistisse no diálogo, que fossem para as reuniões e exigissem respeito, que fossem ouvidas, pois tinham muito para contribuir com o processo educativo.

O terceiro ponto foi eu ter assumido a direção da escola por duas gestões consecutivas, entender que na escola existia um potencial humano que era subutilizado. Ao assumir a direção, atribui funções aquelas profissionais, criamos uma relação de confiança, elas quem solicitavam o material de limpeza, pediam merenda aos fornecedores, uma delas se tornou Presidenta do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) e era responsável por fazer a prestação de contas da merenda escolar. A partir desse movimento, elas foram se empoderando.

Guelda Andrade



Nas atividades de festas ou comemorações na escola, como o “dia das crianças” por exemplo, na hora de montar os grupos de trabalho, os(as) profissionais docentes se organizavam entre si para fazer a decoração, as funcionárias sempre ficavam no grupo de limpeza. Um dia provoqueei todas e todas com seguinte questionamento: “se ninguém da limpeza sabia decorar, e se o grupo da decoração não sabia limpar? Me olharam espantados/as, mas a provocação valeu a pena, a partir daquele dia, começaram a se misturar e desconstruir os guetos e as relações se tornaram mais próximas. No dia das crianças fazíamos diferentes atividades para as (os) estudantes, teatro, pular-pular, algodão doce, pipoca, passeios pela cidade, etc. tínhamos muito trabalho em um dia como este, atividades como esta exigia o envolvimento de todos e todas.

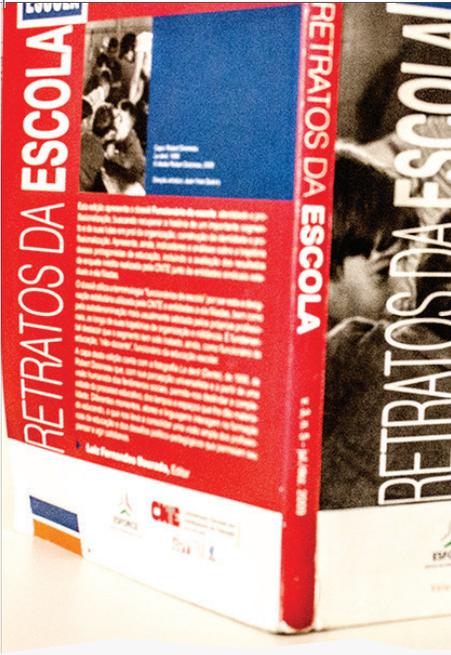
Ao término das duas gestões fui atuar em outro espaço, permaneci um tempo sem contato próximo à escola.

Minha relação era apenas de mãe de estudante, minhas filhas permaneceram estudando nessa escola. Algum tempo depois, estive na escola acompanhando minhas filhas em uma comemoração do dia das crianças. Ao chegar na escola e olhar dentro do refeitório, era impossível identificar quem era professor e quem era funcionário, pois, todos e todas se articulavam em torno da causa maior, sem aquela segregação entre os (as) profissionais. Uma servia o cachorro-quente, a outra o suco, a outra organizava a fila, ao chegar a hora de realizar a limpeza foi incrível ver todos e todas unidos e unidas limpando o pátio da escola de forma natural, independente do cargo e/ou função que possuíam. Fiquei maravilhada porque aquela provocação que havia feito mais ou menos sete anos atrás, havia surtido efeito, a semente havia brotado.

Neste período que estive na gestão tive a oportunidade de fazer uma especialização pela UFMT, ofertada pelo MEC no programa “Escola de Gestores”,

na ocasião o recorte para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) foi “Formação de Funcionários”. O período da pesquisa me proporcionou uma leitura ampla acerca do tema, além de ser um tema pouco explorado, isso despertou meu desejo por transformar o TCC num projeto de mestrado, cujo, os objetivos principais estavam em “dar visibilidade aos funcionários de escola e levar o tema para dentro da academia”.

Feito e inscrito o projeto, veio a aprovação mas, o recorte era pesquisar “o reflexo da formação técnica, do Profissional no espaço da escola”, como minha orientadora pesquisava a educação superior e pela necessidade de adequação do projeto ao grupo de pesquisa, definimos como tema “O Profissional de Apoio Administrativo Educacional e a Formação: semeadura para o trabalho educativo”. Esse trabalho ainda interminado, foi utilizado como referência para o Conselho Nacional de Educação (CNE) debater e construir as Diretrizes Curriculares para a Formação na Educação Superior para funcionários (as) da educação. Assim, o livro aborda a atuação de funcionárias no cargo de Apoio Administrativo Educacional que buscaram a formação na educação superior e atuaram como gestoras de escolas, ainda apresenta a necessidade da formação na educação superior específica como fator preponderante para atuação qualificada desses trabalhadores e dessas trabalhadoras da educação no espaço escolar.



## Você sabia que ...

A profissionalização dos (as) funcionários (as) da educação tem sido reiteradamente objeto de pesquisa em vários cantos do país?

**O**s vários trabalhos acadêmicos que abordam a formação dos (as) funcionários(as) da educação já realizados ou em andamento nas instituições de ensino superior, demonstram que a discussão sobre formação e valorização dos (as) funcionários (as) da educação não está restrito ao mundo sindical.

Com a criação da 21ª área profissional por meio da Resolução CNE/CEB nº 05/2005 e a instituição do Profuncionário, a questão ganhou visibilidade. Muitas pessoas que se envolveram de alguma forma com o Programa, viram a discussão sobre a formação deste segmento como potencial para pesquisas. Em contato informal via e-mail com o professor João Monlevade, foi possível chegar a mais de uma dezena de trabalhos de pesquisadores da sua lista de contatos, já concluídos ou em andamento, que abordam diretamente a temática ou faz referência a esses(as) trabalhadores (as) da educação. É possível chegar a um número maior de trabalhos se fizer buscas em repositórios ou bibliotecas digitais.

A Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação – CNTE também cumpriu importante papel para dar visibilidade à questão no âmbito da universidade, ao publicar edição da Revista Retratos da Escola (v. 3, n. 5 jul. a dez. 2009), dedicada integralmente à produções relativas aos funcionários (as) da educação. Lançada em 2010 na Conferência Nacional de Educação, CONAE, foi a primeira revista científica com tal

abordagem, como também, sagrou-se como edição histórica deste Dossiê, com maior número de exemplares publicados.

Outra contribuição de grande relevância ao debate da formação de funcionários (as), apoiada pelo sindicato, foi a publicação em 2017 do livro “O profissional de Apoio Administrativo Educacional e a formação - Semeadura para o trabalho educativo”, de autoria da Secretária de Políticas Educacionais do Sintep/MT, Guelda Andrade, resultante da sua pesquisa de Mestrado.

Com isso, vemos a universidade pública como ambiente importante de disputa quanto a importância da profissionalização e o reconhecimento social da profissão dos (as) funcionários (as) da educação, avalia Jocilene Barboza. A vice-presidente disse ter tido a oportunidade de presenciar nos dois últimos anos na Universidade Federal de Mato Grosso, em pelo menos duas situações, que apesar de alguns limites, o papel de co-participes dos (as) funcionários (as) da educação no processo educativo tem sido internalizado por outros agentes.

Em uma das ocasiões, uma pesquisadora destacou na Defesa de seu trabalho de Mestrado, que a ausência de Técnicos em Multimeios Didáticos fora citada por professores como dificultador do trabalho destes com estudantes nos laboratórios de informática; Em outro momento, presenciou a observação de uma professora da Banca Examinadora de Defesa de

Doutorado, de que a brincadeira de pular corda realizada por uma técnica de acompanhamento à estudantes com deficiência, mencionada na pesquisa, era uma ação pedagógica que como tal merecia ser destacada, pois contribuía para o desenvolvimento de estudantes. Tais abordagens em trabalhos acadêmicos que não tinham como foco os (as) funcionários (as) da educação, demonstram a preciosidade das formulações do Sintep/MT, quanto ao reconhecimento destes enquanto profissionais da educação, reconhece a vice-presidente do Sintep/MT.

Outra dimensão importante de tais produções, é o subsídio que podem dar para a formação continuada dos (as) funcionários(as) da educação, o

que se articula também com a construção da identidade profissional destes (as) trabalhadores(as).

Na sequência apresentamos informações básicas de trabalhos científicos referentes aos funcionários (as) da educação, identificados em contato informal via e-mail ou realizados recentemente por dirigentes do Sintep/MT.

A estes trabalhos, poderíamos acrescentar as teses de doutorado do professor João Antonio Cabral de Monlevade (Unicamp, 2000) e da professora Juçara Maria Dutra Vieira (UNB, 2012), ambos referências do movimento sindical, que ao discutirem piso salarial, abordaram lateralmente os (as) funcionários (as) da educação.

Quadro 1 - Pesquisas acadêmicas que abordam funcionários (as) da educação

Nº	AUTOR	TÍTULO	UNIVERSIDADE/GRAU	ANO
01	Alexis Magnum Azevedo de Jesus	O trabalho como fundamento da condição de educador do funcionário de escola em Sergipe	UFS/Dissertação	2016
02	Ana Paula Barbosa	Significações de funcionários da educação sobre as implicações da formação através do programa Profucionário - (em andamento)	PUC-SP/Dissertação	-
03	Ana Lucia dos Santos	O programa profucionário na perspectiva da formação de cogestores da educação básica - (em andamento)	UFMS/Dissertação	-
04	Dante Diniz Bessa	Reconstrução da identidade profissional de trabalhadoras em alimentação escolar que concluíram o curso do Profucionário: Formação e experiência em situação de trabalho	UFRRS/Tese	2017
05	Edna Bernardo dos Santos	Título não publicizado (pesquisa em andamento)	UFMT/Dissertação	-
06	Everton Josimar de Oliveira	Funcionários das escolas públicas: História, Legislação e luta sindical	UNIOESTE/Dissertação	2017
07	Francisco das Chagas Firmino do Nascimento	Os funcionários da educação: da constituição da identidade à ação como co-gestores de escola.	UNB/Dissertação	2006
08	Guelda Cristina de Oliveira Andrade	O trabalho educativo e o profissional de apoio. Administrativo educacional de mato grosso: Uma demanda para as Universidades Públicas	UFMT/Dissertação	2015
09	Hobson Almeida Cruz	Avaliação da execução do programa Profucionário no Instituto Federal do Ceará no contexto das políticas públicas da educação profissional	UFCE/Dissertação	2018
10	Leandro Aparecido de Souza	Política Educacional e processo formativo: a construção da identidade profissional dos funcionários da educação	UNESP/Dissertação	2017
11	Leonardo Rangel dos Reis	O saber dos saberes e a poíesis das merendeiras escolares	UFBA/Tese	2015
12	Luciana Roso de Arrial	Solidariedade como fundamento ético para a formação do educador ambiental: estudo de caso no curso técnico em infraestrutura escolar do Programa de Educação a distância do Profucionário- IFSul	FURG/Tese	2016
13	Jociane Martins Pedroso	A implementação do programa nacional de valorização dos trabalhadores em educação - Profucionário no paranã.	UNIOESTE/Dissertação	2016
14	Jocilene Barboza dos Santos	Tecnologias como prática social: Estudantes do ensino fundamental como sujeitos da integração das tecnologias digitais de rede ao currículo escolar	UFMT/Dissertação	2017
15	Michele Roos Marchesan	Programa Profucionário: repercussões nas trajetórias profissionais de egressas.	UNIVATES /Dissertação	2017
16	Rejane Gomes Martins	Profissionais da educação "não docentes": Realidade e perspectivas	UNEMAT/Especialização	2012

Fonte: Dados organizado pelo Conselho Editorial Sintep/MT

<sup>1</sup> Tem como foco o Sintep/MT como espaço de formação.



## Viva a luta unificada dos(as) trabalhadores (as)!

**R**efazer parte da trajetória de luta em defesa da educação pública, laica, democrática e de qualidade social e da valorização profissional de trabalhadores(as) da educação é motivador, por perceber o quanto avançamos em tão pouco tempo, considerando a história recente do sindicalismo na educação e da organização classista que a partir de 1988 se constitui em Sintep/MT.

O reconhecimento dos (as) funcionários (as) da educação como educadores (as), tem como fundamento a compreensão ampliada de educação escolar para além da instrução e da sala de aula, mas também cumpre o papel de se fazer justiça social a esses (as) trabalhadores (as) historicamente invisibilizados enquanto sujeitos de direitos.

A conquista do direito à profissionalização se deu em cenário cuja orientação político e ideológica da maioria dos governos à época, seguia em sentido oposto, ou seja, do Estado mínimo, da redução de direitos. Isso reforça que a unificação sindical teve papel decisivo para as conquistas.

Atualmente, estamos passando por período de retrocessos ainda maior, se comparado ao cenário político e social em que tivemos a aprovação da carreira unificada, pois os (as) trabalhadores (as) em geral, nunca perderam tantos direitos sociais em tão pouco tempo como o Sintep/MT tem alertado nas jornadas de debates pelo Estado afora.

No que atinge diretamente aos funcionários (as), temos um plano nacional de educação que não está sendo cumprido pelo corte nos recursos financeiros no âmbito do governo federal (congelamento investimentos por 20 anos, retorno da Desvinculação das Receitas da União, entre outros) com consequências para o financiamento da educação nos Estados e municípios, que também tem reproduzido tais iniciativas em seus territórios. Esta situação implica na redução da oferta dos cursos de profissionalização e no cumprimento das metas do plano nacional de educação relativas ao piso e a carreira com maiores consequências sobre as redes municipais.

A ausência destes elementos de valorização profissional, articulado a concepção de educação e de Estado que estão novamente em predomínio, colocam os (as) funcionários(as) da educação em situação de maior fragilidade diante da terceirização dos serviços. Em 2016, mesmo com quase 20 anos de carreira unificada, foram necessários 67 dias de greve para manter esta condição.

Atentamos então ao que a nossa história nos ensinou: Direitos se conquistam com unidade, organização e disposição para a luta.

**Que venham muitos outros anos de unificação nas lutas e nos direitos!**

*Henrique Lopes do Nascimento*



## LEIS QUE ASSEGURAM AOS FUNCIONÁRIOS/AS DE ESCOLA O PAPEL DE EDUCADORES/AS:

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 1º DE OUTUBRO DE 1998.**

Dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências.

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 1º DE OUTUBRO DE 1998.**

Dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona

### **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005**

Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.

### **PARECER Nº CNE/CEB nº 16/2005**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre proposta de cursos e de Diretrizes Curriculares Nacionais para a profissionalização técnica de nível médio para atuar na área da Educação.

### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### **LEI Nº 12.014, DE 6 DE AGOSTO DE 2009.**

Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

### **PORTARIA Nº 072/2010 – SEFAZ/MT**

"Inclui no anexo da Portaria nº 184/2009, o anexo III, com índice do frete relativo às prestações de serviços de transporte coletivo rodoviário de passageiros na modalidade fretamento contínuo e turístico, para efeito de base de cálculo e recolhimento do ICMS."

### **DECRETO Nº 7.415, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.**

Revogado pelo Decreto nº 8.752, de 2016

Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profucionário, e dá outras providências.

### **LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.**

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

## Expediente

### Gestão 2015-2018

Sindicato de Luta

### Presidente

Henrique Lopes do Nascimento

### Conselho editorial

Jocilene Barboza dos Santos  
Vice-Presidente

Miriam Ferreira Botelho  
Secretária-geral

Gilmar Soares Ferreira  
Secretário de Comunicação

Edevaldo José dos Santos  
Secretário Adj. de Comunicação

Maria Luiza Bartmeyer Zanirato  
Secretária Adj. Políticas Educacionais

### Revisão

João Antônio Cabral de Monlevade

Jocilene Barboza dos Santos

### Produção

### Comunicação Sintep/MT

Roseli Riechelmann  
MTb 24400/SP

Thalyta Amaral  
0001878MT

Jadson Oliveira  
Designer

### Foto

Divulgação Sintep/MT, Arquivo  
Pessoal e Colaboradores

### Contato

Contato Rua Mestre João Monge  
Guimarães, 102 Bairro Bandeirantes  
Cuiabá-MT

Fone: (65) 3317.4300  
0800.654343  
Faz:3317.4327





# MINHA VIDA, MEUS DIREITOS.

Pela democracia,  
contra a Reforma  
da Previdência e  
por uma vida sem  
violência.

8 DE MARÇO  
DIA INTERNACIONAL  
DA MULHER

MARÇO 2018

